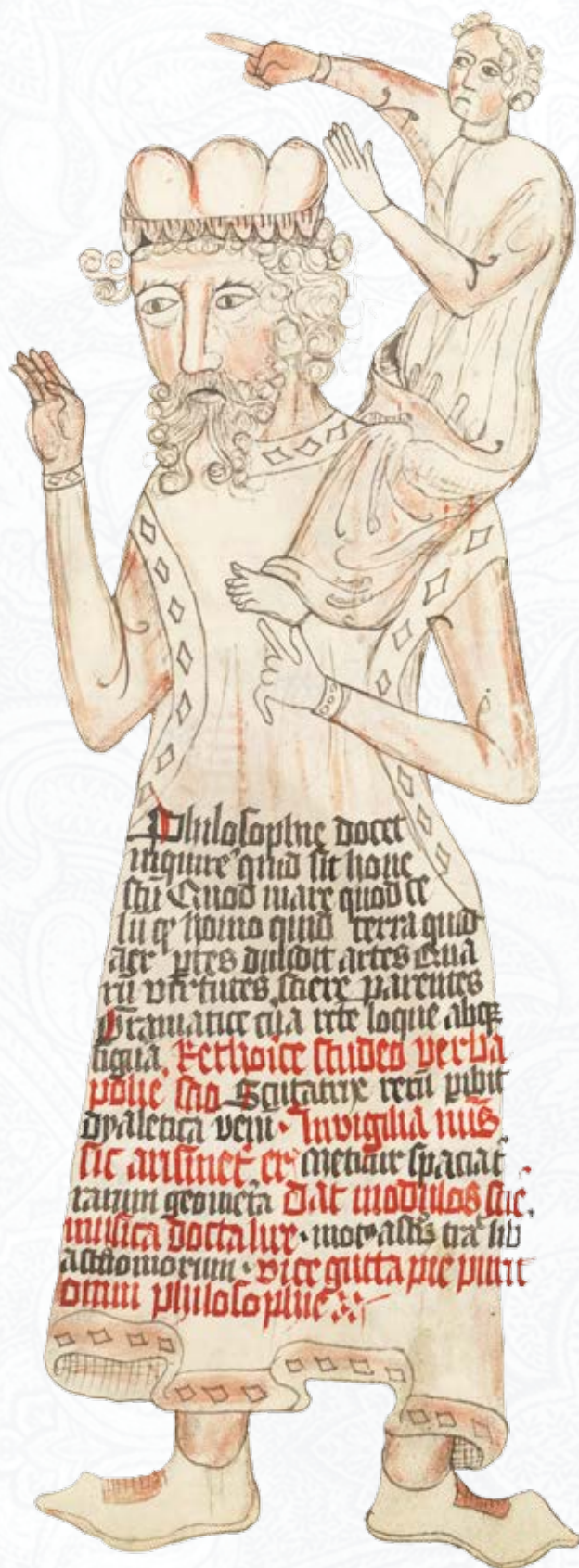


ANÕES ÀS COSTAS  
DOS GRANDES  
GIGANTES DO PASSADO  
**PODER, MITOS  
E MEMÓRIAS  
NA SOCIEDADE  
MEDIEVAL**  
CONTRIBUTOS DE LUÍS KRUS

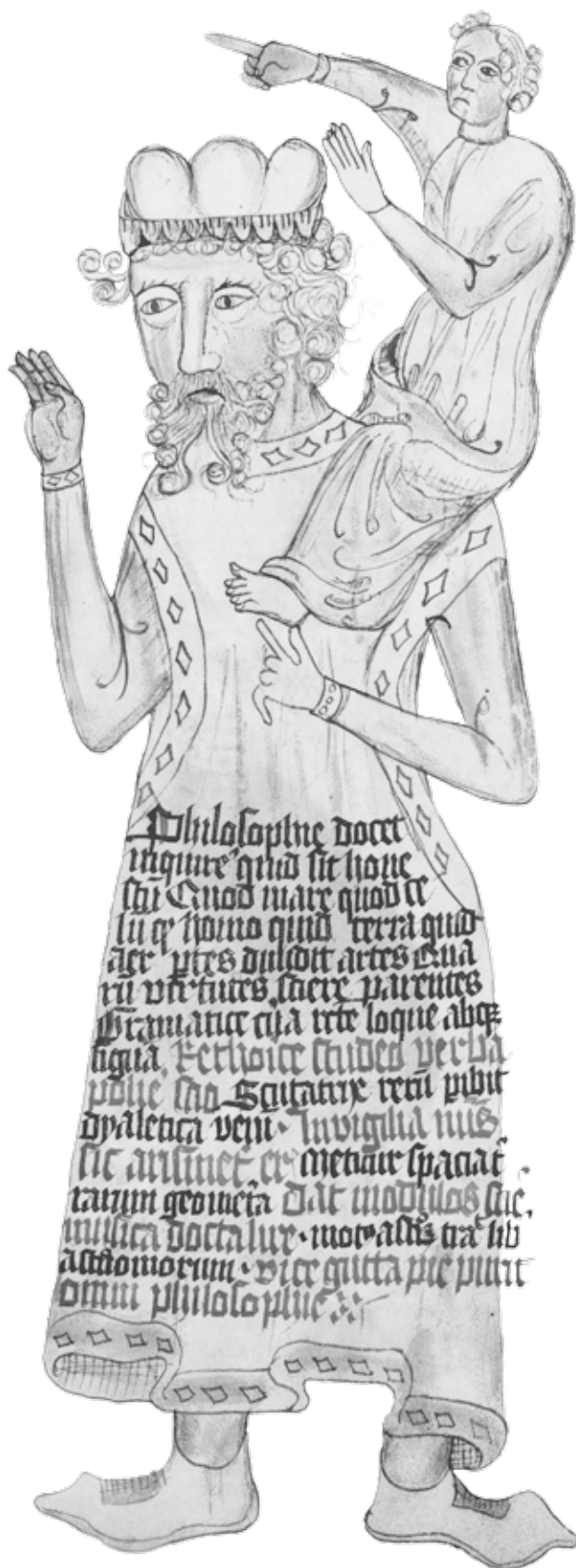




ANÕES ÀS COSTAS  
DOS GRANDES  
GIGANTES DO PASSADO

# PODER, MITOS E MEMÓRIAS NA SOCIEDADE MEDIÉVAL

CONTRIBUTOS DE LUÍS KRUS



Catálogo da Exposição

Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo,  
1 a 31 de Outubro de 2015

## Catálogo

### Coordenação

Amélia Aguiar Andrade  
João Luís Inglês Fontes

### Edição

Instituto de Estudos Medievais (IEM-FCSH/NOVA)  
Centro de História d'Aquém e d'Além-Mar (CHAM-FCSH/NOVA e UAc)

### Textos de apresentação

Amélia Aguiar Andrade  
João Luís Inglês Fontes  
Silvestre Lacerda

### Autores

Amélia Aguiar Andrade (IEM; FCSH/NOVA)  
António Resende de Oliveira (CHSC; FLUC)  
Bernardo Vasconcelos e Sousa (IEM; FCSH/NOVA)  
Eleonora Lombardo (IEM; FCSH/NOVA; IF/FLUP)  
Isabel Barros Dias (UAb; IELT-FCSH/NOVA)  
João Luís Inglês Fontes (IEM-FCSH/NOVA; CEHR-UCP)  
José Augusto de Sottomayor Pizarro (CESEM; FLUP; ACL)  
José Carlos Miranda (IF/FLUP)  
José Mattoso (IEM-FCSH/NOVA)  
Leontina Ventura (FLUC; CHSC-UC)  
Luís Filipe Oliveira (UAAlg; IEM-FCSH/NOVA)  
Maria Adelaide Miranda (IEM-FCSH/NOVA)  
Maria Filomena Andrade (UAb; CEHR-UCP)  
Maria João Branco (IEM; FCSH/NOVA)  
Miguel Metelo de Seixas (IEM; CHAM-FCSH/NOVA e UAc)  
Sandra Monteiro  
Stéphane Boissellier (CESCM-MSHS/Université de Poitiers)

### Traduções

Maria Teresa Lopes Pereira (IEM-FCSH/NOVA)

### Design

Ricardo Naito (IEM-FCSH/NOVA)

### Cedência de imagens

Biblioteca da Ajuda – Palácio Nacional da Ajuda  
Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra  
Biblioteca Nacional de Portugal  
Direcção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas –  
Arquivo Nacional da Torre do Tombo

### Impressão

Finepaper

### Depósito legal

398425/15

### ISBN

978-989-98749-8-5 (IEM)  
978-989-8492-29-6 (CHAM)

## Exposição

### Concepção, organização, produção e montagem

Instituto de Estudos Medievais (IEM-FCSH/NOVA)  
Direcção-Geral do Livro, dos Arquivos e das  
Bibliotecas / Arquivo Nacional da Torre do Tombo  
(DGLAB/Torre do Tombo)

### Comissariado científico

Amélia Aguiar Andrade  
Bernardo Vasconcelos e Sousa  
João Luís Inglês Fontes  
José Mattoso  
Maria Adelaide Miranda

### Assessoria técnica

Maria dos Remédios Amaral (DGLAB/Torre do Tombo)

### Textos

Amélia Aguiar Andrade  
João Luís Inglês Fontes

### Conservação e restauro

Luís Vasconcelos e Sá (DGLAB/Torre do Tombo)  
Vânia Alves (DGLAB/Torre do Tombo)

### Digitalização e impressão

Anabela Ribeiro (DGLAB/Torre do Tombo)  
José Miguel Magalhães (DGLAB/Torre do Tombo)  
Rui Pires (DGLAB/Torre do Tombo)

### Cedência de peças

Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra  
Biblioteca Mário Sottomayor Cardia (FCSH/NOVA)

### Cedência de imagens

Biblioteca Nacional de Portugal

### Seguros

Lusitânia Seguros

Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo,  
1 a 31 de Outubro de 2015

Imagem da capa: [Encyclopedic manuscript containing allegorical and medical drawings]. [South Germany, ca. 1410], Rosenwald Collection (Library of Congress) ms. no. 4 [15]

Publicação financiada por Fundos Nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito dos projectos UID/HIS/00749/2013 e UID/HIS/04666/2013.



## SUMÁRIO

Apresentação	5
"...anões às costas dos grandes gigantes do passado". Poder, Mitos, Memórias na Sociedade Medieval: contributos de Luís Krus	7
<b>PÓRTICO</b>	
1. A lírica medieval galaico-portuguesa	9
<b>A MEMÓRIA DOCUMENTAL DO REINO</b>	
2. <i>Registo de Guimarães</i> ou <i>Livro do Padrom</i>	10
3. Lista das igrejas do padroado régio	12
4. Inquirições Gerais de D. Afonso III	14
5. Sentença a favor de D. Dinis contra D. Martim Gil, D. Mem Rodrigues e D. João Rodrigues de Briteiros e outros, sobre os bens e direitos herdados do Conde D. Gonçalo Garcia de Sousa	17
6. Inquirição que se tirou sobre as honras e devassos dos julgados do Souto de Rebordões, Geraz, Neiva, Barcelos, Aguiar de Neiva, Prado e de outros lugares	19
7. Chancelaria de D. Pedro I	20
<b>A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA DO PASSADO</b>	
8. <i>Chronicon Regum Laurbanense</i>	23
9. <i>Primeira Crónica Geral de Espanha</i> , do rei Afonso X de Castela e Leão	24
10. <i>Crónica Geral de Espanha</i> de 1344	26
11. <i>Livro Velho</i> e <i>Livro do Deão</i>	27
12. <i>Livro de Linhagens</i> do Conde D. Pedro	30
<b>MEMÓRIAS SAGRADAS</b>	
13. Selo do concelho de Lisboa	32
14. <i>Tratado da vida &amp; martyrio dos cinco Martires de Marocos enviados per São Francisco</i> [...]	34
15. Vida de Santo António de Lisboa	36
<b>AS REPRESENTAÇÕES DO MUNDO</b>	
16. Isidoro de Sevilha, Mapamundo. In [ <i>Etymologiae</i> ]	39
17. Mapa-múndi. In [ <i>Comentário ao Apocalipse</i> ]	41
<b>A VIVÊNCIA MEDIEVAL DO TEMPO</b>	
18. HERCULANO, Alexandre – <i>O monge de Cistér ou a epocha de D. João I</i> [...]	42
Bibliografia	45



## APRESENTAÇÃO

A Exposição “...anões às costas dos grandes gigantes do passado. Poder, Mitos, Memórias na Sociedade Medieval: contributos de Luis Krus” nasce no âmbito de um projecto mais vasto que visa celebrar a obra e o legado científico de Luís Krus, professor catedrático de História Medieval da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, decorridos dez anos sobre o seu falecimento.

Discípulo de José Mattoso, desenvolveu uma capacidade única de interrogar as fontes para o estudo da medievalidade portuguesa, fossem elas de cariz diplomático, literário, iconográfico, artístico ou arqueológico. Da exploração dos textos à leitura das iluminuras, da análise de selos e mapas à contextualização dos mais diversificados vestígios da vida material, Luís Krus tinha uma inusitada capacidade de propor leituras inovadoras sobre os monumentos do passado, aliando uma fina sensibilidade a um grande rigor científico e a um vasto leque de leituras, sempre abarcando outras disciplinas do saber que o podiam auxiliar, como investigador, a melhor interrogar e compreender o passado.

Dadas as características da DGARQ-Torre do Tombo e o cariz documental das exposições que normalmente alberga, a presente mostra foi pensada como um itinerário por um conjunto de importantes e significativas fontes documentais, ligadas sobretudo ao passado e à memória do reino medieval português, tendo em comum o facto de, num ou noutra prisma, terem sido estudadas - por vezes pela primeira vez - por Luís Krus ou de terem servido de base a algum dos seus trabalhos. Ao aliar o manuscrito ou a imagem à obra de um medievalista contemporâneo, é toda uma relação dinâmica que emerge, entre o historiador e as suas fontes. Deste modo, a exposição converte-se também, para o visitante, num itinerário pela obra de Luís Krus, desde o seu trabalho inicial, já mais do que promissor, que lhe serve de “Pórtico”, até às reflexões da maturidade, organizadas de acordo com 5 núcleos documentais:

1. *A memória documental do reino;*
2. *A construção da memória do passado;*
3. *Memórias sagradas;*
4. *As representações do mundo;*
5. *A vivência medieval do tempo.*

Nesta exposição é ainda possível vislumbrar um pouco da “oficina de historiador” de Luís Krus, ou seja, alguns dos seus instrumentos de trabalho, pois quase todos os livros expostos são provenientes da sua biblioteca pessoal, hoje entre os acervos da Biblioteca Mário Sottomayor Cardia, da FCSH/NOVA.

O Catálogo que acompanha a Exposição enriquece este roteiro com comentários sobre cada um dos documentos expostos, feito por diversos medievalistas. Neles se procuraram integrar e realçar os contributos dados por Luís Krus para uma renovada compreensão do seu conteúdo, dos seus objectivos e de todo o contexto que presidiu à sua produção.

Quem visitar a Exposição pode, assim, ver alguns dos monumentos maiores da memória documental de Portugal e do próprio Ocidente europeu – das actas de inquirições aos livros de registo de Chancelaria, das primeiras representações do mundo conhecido aos textos cronísticos da medievalidade hispânica – e, ao mesmo tempo, percorrer com eles a obra de um dos mais brilhantes e originais historiadores portugueses.

Esta Exposição e este Catálogo, com os quais o Instituto de Estudos Medievais pretende celebrar o legado científico do seu fundador, Luís Krus, só foram possíveis graças a uma feliz conjugação de esforços de instituições e pessoas, às quais queremos publicamente agradecer:

Ao Dr. Silvestre Lacerda, Director da DGarQ-Torre do Tombo, pelo apoio entusiástico a este projecto, traduzido, não só nas facilidades e apoios concedidos mas também nas inúmeras sugestões com que ajudou a melhorar a proposta inicial;

À equipa da Torre do Tombo, na pessoa da Dr.ª Maria dos Remédios Amaral, pelas pequenas e grandes ajudas que tornaram possível a materialização desta exposição e das imagens constantes no Catálogo;

Às instituições que cederam gratuitamente peças ou imagens para a Exposição – Biblioteca Nacional de Portugal, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, Biblioteca do Palácio Nacional da Ajuda e Biblioteca Mário Sottomayor Cardia da FCSH/NOVA;

Ao Centro de História d'Aquém e d'Além-Mar (FCSH/NOVA; UAc), na pessoa do seu Director, Professor Doutor João Paulo Oliveira Costa, entidade co-editora do Catálogo;

À Direcção da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, na pessoa do seu Director, Professor Doutor João Miguel Costa, pelo apoio financeiro à edição do Catálogo;

A todos os autores dos textos do Catálogo, pela generosidade com que aceitaram realizá-los, em prazos curtíssimos e no meio de enormes afazeres de final de ano lectivo;

À Lusitânia Seguros S.A, pelo patrocínio dos seguros da Exposição.

A todos, o nosso muito obrigado!

Lisboa, Setembro de 2015

*Amélia Aguiar Andrade  
João Luís Inglês Fontes*

...ANÕES ÀS COSTAS DOS GRANDES GIGANTES DO PASSADO.  
PODER, MITOS, MEMÓRIAS NA SOCIEDADE MEDIEVAL:  
CONTRIBUTOS DE LUÍS KRUS

O Arquivo Nacional da Torre do Tombo não podia deixar de se associar – e com genuína admiração – à evocação da obra de Luís Krus, respondendo positivamente a um desafio do Instituto de Estudos Medievais, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, onde o ilustre homenageado foi professor catedrático. Esta iniciativa inclui a realização de uma exposição documental e o acolhimento de uma conferência científica que, reunindo um conjunto de investigadores, irá contribuir decisiva e qualitativamente para reavivar a atenção para a atualidade do legado deste pensador.

A exposição documental pretende trazer para primeiro plano uma perspetiva do Arquivo enquanto Laboratório privilegiado, em cuja matéria-prima – os registos, os documentos / monumentos – se alicerçou a base do trabalho de análise desenvolvida por Luís Krus, permitindo-lhe lançar um novo olhar sobre o contributo da memória social para a História.

Na interpretação da vivência medieval do tempo e na interação dicotómica da sua compreensão, laica ou religiosa, como influência dominante na organização social e política da época, assenta, em parte, a reinterpretção que ele faz dos mitos, memórias e poder na sociedade medieval portuguesa, tendo como linha orientadora a função da memória enquanto instrumento legitimador do(s) poder(es).

Nesta Casa de Memória(s) será importante lembrar que, para Luís Krus, é com Fernão Lopes, cronista-mor e guarda-mor da Torre do Tombo, que se consolida, em Portugal e sob o estímulo das (então recentes) mudanças políticas e sociais, um processo de fusão de duas perspetivas de vivência do tempo, no sentido da sua convergência e ultrapassagem simbólica: o tempo da(s) memória(s) e o tempo do(s) documento(s).

Esta exposição documental pretende apresentar, em linhas gerais, um possível percurso que acompanhe a investigação científica construída por Luís Krus, tomando como pórtico de acesso o *Cancioneiro*, onde o Velho e o Novo se degladiam e satirizam, seguidas das incursões territoriais protagonizadas com esses documentos singulares que são as *Inquirições Régias*.

A fina sensibilidade e a argúcia interpretativa de Luís Krus não deixaram de indagar as grandes construções do passado, de que são exemplos os livros de linhagens ou o *Liber Testamentorum*, ou as representações do mundo plasmadas no *Apocalipse de Lorvão*.

Por último, e aproveitando uma nesga de tempo, estará patente um tributo cruzado com a obra de um outro cidadão e medievalista, apresentando-se o *Monge de Cister* em estante que pertenceu a Alexandre Herculano.

Esperamos, desta forma discreta, ajudar a construir memórias revitalizadoras do pensamento multidisciplinar e multidimensional de Luís Krus.

*Silvestre de Almeida Lacerda*  
Director da DGLAB/Torre do Tombo



quantos miu  
 cotados son. a

que deus cota fas auer. min fas mais  
 cotado uuer. e dicit uis per qual m  
 son. fas me querer ten ai sennoz.  
 a mais fremosa nen melloz do mund

e non mia fas ueer.  
 Sea me tal cota que non.  
 sei de min confeso pender.  
 e ses me a pauoz perter.  
 de mia mortay quan sizon  
 ond antaia gn yauoz  
 uee ora se a mafoz.

cota nomundo de soffice.  
 nunci me ds quis guisar.  
 enquanto cuidoado pendi  
 u cudei al eu audar y.  
 en como podess acabar.  
 do que guerra nulla ren  
 mais auden quanto mal mi uen.  
 citui e mal dia raa.  
 quant ogest amen cotdar.  
 ten per sei eu ca no a y.  
 cota maior das que amz.  
 fas mia mort ora de sear.  
 po no guerra po en.  
 moxer se cotasse auer ten.  
 di que po meu mal dia u.

**P**ois contra uos non me ual mia  
 sennoz. de uis feruir nen de uis ten

querer. ten maior ai mi sennoz nen ou  
 ta ren. uallame ta contra uos a ma  
 roz cota que soffio po uos das que  
 deus. fe so no mundo ay lume de ses mes

ollos e cota do meu coraon.  
 se me contra uos non ual sennoz  
 amuz gn cota que me po uos uen.  
 p que perdi odormir. o sen.

## 1. A LÍRICA MEDIEVAL GALAICO-PORTUGUESA

Biblioteca do Palácio da Ajuda, *Cancioneiro da Ajuda*

[finais século XIII-inícios século XIV]

Manuscrito, iluminado, pergaminho, 88 fl., 438/443x334/340 mm

Reprodução do fl. 21 a partir da edição fac-similada (*Cancioneiro da Ajuda* 1994)

O primeiro estudo de Luís Krus (em colaboração com Berta Pimenta e Leonardo Parnes) situa-se, desde logo, nas áreas que mais frequentará no futuro – a nobreza e a cultura nobiliárquica portuguesas –, vistas, no entanto, a partir da vertente satírica dos cancioneros medievais (Pimenta, Parnes, Krus 1978). Embora só episodicamente tenha regressado aos cancioneros, a importância destas fontes para o conhecimento do grupo nobiliárquico era realçada por José Mattoso em 1981, ao considerá-los como “fonte preciosa para analisar a mentalidade da nobreza, contanto que se tenha o cuidado de distinguir bem o significado real do literário”, e colocando a sua relevância logo a seguir à dos livros de linhagens e das inquirições (Mattoso 1981).

Nesta incursão pela sátira galego-portuguesa, a opção acabou por incidir nos temas da homossexualidade e do marido enganado, a partir da leitura da edição de M. Rodrigues Lapa e da selecção prévia do núcleo de composições a analisar. Tratava-se, desde logo, de uma aproximação inovadora, num momento em que a cantiga de escárnio e de maldizer não merecera ainda a atenção de que haveria de beneficiar depois e a orientação da investigação, maioritariamente proveniente do lado da literatura, incidia sobretudo na edição de cancioneros individuais e na restituição, por vezes difícil, de cantigas ou parte delas.

Definido o objectivo, a apreensão do “modelo sexual vigente”, os autores situaram os temas no contexto medieval, fazendo posteriormente uma abordagem de cada um deles, após uma selecção prévia das cantigas e sua organização de acordo com a pertença ou não dos visados ao meio trovadoresco ou a grupos sociais específicos. Esta organização inicia, de algum modo, o questionário, onde se procura responder à pergunta Quem?, à qual se seguirão as de Como? e Porquê?. Algumas conclusões finais e hipóteses de prosseguimento e aprofundamento do inquérito concluem o estudo.

Após os anos setenta, e com o concurso da História, a investigação sobre a canção trovadoresca prosseguiu no esforço de elucidação das composições em ligação com a sociedade que as produziu e preservou. E, para além de um melhor conhecimento relativamente aos cancioneros, duas áreas mereceram uma atenção particular: a do conhecimento das biografias dos autores e a do estudo e análise interpretativa das cantigas de escárnio e de maldizer (Ventura e Oliveira 2003).

Neste contexto, seria natural que alguns estudos tivessem questionado identificações feitas, podendo pôr em causa alguma da diferenciação social proposta (os autores recorreram, como confessam, apenas aos elementos das cantigas e às identificações retiradas de Lapa); ou mesmo, que tivessem interrogado, reavaliando interpretações anteriores, a presença da homossexualidade em composições onde ela era admitida. Mas tais factos, meramente pontuais, não põem em causa os muitos méritos de um trabalho sem paralelo na altura em que foi desenvolvido.

*António Resende de Oliveira*

## 2. REGISTO DE GUIMARÃES OU LIVRO DO PADROM

1289

Manuscrito, pergaminho, 138 fls.

ANTT, Feitos da Coroa, Inquirições de D. Dinis, lv. 5, fl. não numerado [rosto]

O livro 5 das *Inquirições de D. Dinis* corresponde ao registo mais antigo das primeiras inquirições gerais, promovidas no actual território português pelo rei Afonso II em 1220. Conhecido por *Livro do Padrom* ou *Registo de Guimarães*, este códice inaugura um conjunto de cópias, produzidas durante o reinado de D. Dinis (1279-1325), que propõem uma nova arrumação da informação recolhida pelos inquiridores de 1220 em função de quatro grandes núcleos ou secções: reguengos, foros e dádivas, padroados e bens das instituições eclesiásticas. Concluído em 1289, graças ao labor do tabelião vimaranense Pedro Domingues, conforme o cólofon que o encerra, este livro estabelece a cronologia *ad quo* da produção dos outros dois códices – os livros 1 e 2 das *Inquirições de D. Afonso II* – que o tomam por base, completando e arrumando a informação nele contida para o território do Entre Lima e Douro e copiando outros testemunhos dispersos do mesmo inquérito régio ou de outras inquirições medievais encontradas no arquivo régio (Gomes 2012).

Por ser o registo mais completo e arrumado, Alexandre Herculano deitou mão do livro 1 das *Inquirições de D. Afonso II* para o tomar por base para a edição que faz destes inquéritos nos *Portugaliae Monumenta Historica*. Mas interessa-nos sublinhar aqui o facto de o nosso *Registo de Guimarães* poder ser datado com precisão quanto à sua data de produção. Este foi um dos factos que Luís Krus explorou de forma original e inovadora no estudo realizado conjuntamente com José Mattoso e Amélia Andrade sobre a terra de Santa Maria da Feira no século XIII. Com efeito, ao intentar uma síntese sobre a memória documental deste território, onde as inquirições régias assumiam uma particular importância a partir de 1220, percebia-se finalmente como a produção, em 1289, sob moldes mais funcionais, de novas cópias destas primeiras inquirições gerais, obedecia a intenções bem claras, servindo, não apenas a retoma de tais inquéritos por parte do rei Dinis (1288) como a clara pretensão de poder utilizar as anteriores inquirições como documento probatório e acusatório, a apresentar nos tribunais régios, em ordem ao julgamento das irregularidades perpetradas por senhores leigos e eclesiásticos contra os bens e direitos da Coroa (Mattoso, Krus e Andrade 1989).

Este estudo viria ainda, com bases documentais seguras, atestar um alargamento da actividade dos inquiridores régios bem para além das fronteiras do Norte senhorial das Inquirições editadas por Herculano. Sem afastar outros elementos contextuais, igualmente importantes (conflitos de Afonso II com as irmãs ou com o arcebispo bracarense Estêvão Soares da Silva), estas inquirições passavam a iluminar de forma nova outras iniciativas ligadas à política de afirmação do poder régio levada a cabo por Afonso II, ao movimento de confirmações régias por ele iniciadas em 1216, à estratégia de fortalecimento dos mecanismos jurídico-administrativos do Reino e a toda a implementação de uma cultura da escrita e do Direito como bases para a posse legítima de bens e direitos.

A percepção da importância destas Inquirições, bem patente em textos mais recentes do próprio Luís Krus (Krus 2001b: 126-127), levá-lo-iam a preparar, em 2003, um novo projecto de investigação dedicado à inventariação, edição e exploração dos testemunhos destas primeiras inquirições gerais, consciente da sua importância e precocidade no contexto não apenas peninsular mas do conjunto do Ocidente europeu (Andrade 2010).

*João Luís Inglês Fontes*

n.º 77



Liuro  
denquiricõ  
es dos Re  
guégos do  
tmo de g' tiao  
no tpo d'lei do  
ocnis

*Handwritten marginal notes in cursive script, including the word 'L' and other illegible characters.*

*L.º 5.º He o Livro Grande de Lisboa de 1717  
e de 1718 e de 1719 e de 1720 e de 1721  
e de 1722 e de 1723 e de 1724 e de 1725  
e de 1726 e de 1727 e de 1728 e de 1729 e de 1730*

### 3. LISTA DAS IGREJAS DO PADROADO RÉGIO

[1220-1229]

Manuscrito, pergaminho, 12 fls.

ANTT, Gaveta 19, maço 14, nº 7, fl. 5

A lista das igrejas do padroado régio [1220-1229], estabelecida para a monarquia e conservada no Antigo Arquivo da Casa da Coroa, procura registar a existência dos lugares de culto e identificar o seu patrono, constituindo um verdadeiro censal do reino português no dealbar do século XIII. Este documento devia, com verosimilhança, servir para gerir os rendimentos régios provenientes do direito de padroado, embora sem se revestir de uma forma quantitativa, levando-nos, por isso, a considerá-lo, do ponto de vista documental, como algo intermédio entre um processo verbal de inquirição e um documento contabilístico. Há indícios sólidos que nos permitem pensar que este documento está relacionado com as mais antigas inquirições portuguesas, promovidas por D. Afonso II. No recenseamento dos lugares de culto das dioceses mais recentes, a lista parece basear-se, em parte, sobre um trabalho «no terreno». Contudo, documentos já existentes nas sedes episcopais também podem ter estado na base do estabelecimento destas listas.

A lista está organizada de acordo com duas lógicas, a geográfica e a administrativa. A circunscrição de base é a diocese, dentro da qual o compilador distinguiu as igrejas de padroado régio das restantes. É somente para a diocese de Lisboa – na qual, aliás, apenas foram recenseadas as igrejas régias – que são introduzidas subdivisões administrativas no seio da diocese (circunscrições locais, que não são de origem eclesiástica, mas que correspondem aos concelhos).

Documento escrito por uma só mão e de uma só vez, esta lista não se encontra, logicamente, nem datada nem validada, o que torna a sua história arquivística de complexa reconstituição. No seu estado actual, faltam-lhe as dioceses de Braga, Viseu, Idanha/Guarda, Badajoz (parte portuguesa) e Évora – quanto à diocese de Silves, esta não fora ainda restaurada à data provável de redacção desta lista. Tratar-se-á de perda de parte do manuscrito ou de lacunas originais? Note-se que uma espécie de «cópia» (TT, *Gaveta XIX*, maço 1, doc. 1), simultaneamente mais resumida e mais completa da lista, redigida em [1418-1438], inclui a diocese de Braga. Contudo, este argumento a favor da existência de uma lista original mais completa não é decisivo, dado que a parte consagrada à diocese de Braga segue fielmente a ordem das inquirições gerais de Afonso II, que foram provavelmente refeitas aquando da realização das inquirições afonsinas. Se o recenseamento das igrejas régias é o mais completo possível, o das outras igrejas está longe de ser exaustivo. Todavia, não deixa de constituir uma operação administrativa surpreendentemente «moderna», uma vez que os compiladores vão além do que é estritamente necessário à gestão monárquica, revelando uma preocupação pelo conhecimento da totalidade da realidade político-financeira do reino (Boissellier 2012).

Instrumento fundamental para o conhecimento da rede paroquial do reino medieval português – e por isso presente em colectâneas documentais realizadas com a participação de Luís Krus (Mattoso, Krus e Andrade 1989; *Valdevez Medieval* 2000) –, manter-se-ia entre o *corpus* documental relacionável com as Inquirições Gerais de 1220 e a incluir no Projecto *Regnum Regis*. Era para ele claro que esta lista prolongava a preocupação de registo sistemático dos bens e direitos da Coroa que presidira ao lançamento de tais inquéritos, alargado, neste domínio do padroado, para um conjunto muito significativo de dioceses do reino medieval português.

*Stéphane Boissellier*

~~1111~~  
 Hec sunt ecc. ead. episcopi lamego. Co. pio  
 hec sunt ecc. in dno per episcopi  
 Inq. mo. sup. S. Michael  
 S. Petri de Semada  
 S. Ioh. de Figueira  
 S. Marti de Bilyreant  
 S. Marti de Cambyses  
 S. Petri de Zamudico  
 S. Iulii de Pora Iulia  
 S. Marti de Anuro  
 S. Petri de Capuicant  
 S. Marti de Laxum  
 S. Petri de Cipe  
 S. Marti de Amegoz  
 S. Ioh. de Pinaro  
 S. Ioh. de Payada  
 S. Petri de Fagundes  
 S. Ioh. de Bendas  
 S. Petri de Punde  
 S. Marti de Beplae  
 S. Marti de Almeida

Ecce de ead. episcopi lamego.  
 S. Ioh. de Numancia  
 S. Petri de Numancia  
 S. Marti de Fontevadome  
 S. Marti de Fundos  
 S. Marti de Longouira  
 S. Bened. de Ameda  
 S. Petri de Mayralba  
 S. Ioh. de Mayralba  
 S. Iacob de Mayralba  
 S. Petri de Villalatum  
 S. Siluest. de Aldia ptari de penela  
 S. Marti de Cuficion  
 S. Petri de Cuficion  
 S. Marti de Sabude  
 S. Ioh. de Cymaceli  
 S. Iulii de Penadeno  
 S. Marti de Penadeno  
 S. Petri de Penadeno  
 S. Petri de Surco  
 S. Marti de Penela  
 S. Ioh. de Papedog  
 S. Ioh. de Papaya  
 S. Marti de Terines  
 S. Marti de Fonte Ayada  
 S. Marti de Sapa  
 S. Ioh. de Superiori Sapa  
 S. Marti de Jacui  
 S. Marti de Pen  
 S. Marti de Juncas



#### 4. INQUIRIÇÕES GERAIS DE D. AFONSO III

1258

Manuscrito, pergaminho, 170 fls.

ANTT, Feitos da Coroa, Inquirições de D. Afonso III, lv. 5, fl. 7

As inquirições gerais, realizadas a mando do rei durante os séculos XIII e XIV, com o fim de lhe proporcionar uma visão global do reino e avaliar do estado dos bens da Coroa e dos seus rendimentos, são um relevante e inesgotável manancial de conhecimentos. Constituem, por isso, uma fonte essencial para o estudo dos temas mais variados, sejam de ordem militar, institucional, político-administrativa, jurídico-social ou económica, vertam sobre população, propriedade, senhorialização, história da nobreza, malfeitoria e violência ou sobre todas essas problemáticas em simultâneo, numa determinada região. Mesmo sem esquecermos que, como instrumento de uma progressiva centralização do poder régio, inseridas no quadro do confronto entre a Coroa e os grupos sociais privilegiados, a sua narrativa e o espaço (o norte do reino) que revelam estão condicionados e mediatizados pelo desígnio do monarca: a integração do senhorialismo numa estrutura por ele dominada (Ventura 2006).

No caso das de D. Afonso III, os inquiridores, escolhidos entre os homens da Igreja e das oligarquias urbanas, tinham como missão, “tanto no interesse do povo como do rei”, procurar saber, de “homens bons, toda a verdade [...] acerca dos direitos reais pertencentes à Coroa do reino de Portugal”, fosse em propriedades, padroados de igrejas, rendas ou direitos.

Luís Krus soube utilizar as inquirições de forma modelar, trilhando caminhos já percorridos ou rasgando novos, na perspectiva da história jurídico-social ou da história das ideologias. Em *Escrita e Poder: as Inquirições de Afonso III*, um dos seus primeiros trabalhos, sustentado na excelência de investigação, análise e construção que lhe eram próprias, revela o seu espírito inovador e perspicaz e a sua maturidade intelectual (Krus 1981).

Em rigorosa proposta metodológica, mostrou como as inquirições de Afonso III, embora inseridas num *continuum* com as de D. Afonso II, no que toca à história jurídico-social e institucional, aos problemas de ordem político-administrativa, económica e fiscal, representam uma autêntica revolução em termos políticos, sociais e mentais, proporcionando excelentes resultados, se as soubermos bem trabalhar. Atento a todos os indícios, evidencia uma clara visão do entrosamento da inquirição na maneira de governar e administrar de Afonso III, no relevo atribuído aos *sapientes* e na importância dada à escrita.

A verdade perscrutada a mando régio, por letrados *sapientes* (os inquiridores/narradores que, em representação do monarca, “perspectivam os factos de acordo com a leitura que fazem do social e que contam, interpretam e deformam”), com vista à consecução do fim último da Coroa (a *utilitas publica*) é firmada pelo testemunho da escrita. Através deles, o monarca impunha ao mundo rural e senhorial, um “sistema de valores que tem na lei, na escrita e na representação política os seus mais fortes apoios ideológicos” (Krus 1981).

Concordamos, por isso, com José Mattoso que considera, e bem, que o registo por escrito dos foros e direitos devidos à coroa dotava o soberano de uma força incomparável, razão por que julga as inquirições como um dos mais firmes pontos de partida da centralização monárquica e, mesmo, da edificação do Estado moderno (Mattoso 2001b).

*Leontina Ventura*





## 5. SENTENÇA A FAVOR DE D. DINIS CONTRA D. MARTIM GIL, D. MEM RODRIGUES E D. JOÃO RODRIGUES DE BRITEIROS E OUTROS, SOBRE OS BENS E DIREITOS HERDADOS DO CONDE D. GONÇALO GARCIA DE SOUSA

4 de Setembro de 1288

Manuscrito, pergaminho,

ANTT, Gaveta 11, maço 10, nº 14

De entre a documentação medieval portuguesa, destacam-se, pela sua importância, as Inquirições Gerais, promovidas pelos monarcas ao longo do século XIII e primeira metade do século XIV. Peças essenciais de uma política régia de cunho marcadamente centralizador, conduzida por quatro gerações régias entre 1220 e 1343, ficaram talvez como a marca mais perene da vontade de afirmação do poder régio durante a 1ª dinastia.

Tipologicamente idênticas mas estruturalmente diferenciadas, de acordo com as motivações e capacidade de alcance de cada uma, constituem um edifício impar no âmbito peninsular, e mesmo europeu. D. Afonso II perguntara o que tinha, em 1220; o que tinham todos, indagou D. Afonso III em 1258; o que tinham os privilegiados, exigiu saber D. Dinis em 1284, 1288-90, 1301, 1303-1304 e 1307-1311; se dizem que têm, demonstrem-no documentalmente, impôs D. Afonso IV pelos anos de 1334-1336. Assim se fechava um ciclo de crescente afirmação do poder régio, em articulação com outras medidas de cunho centralizador, como o controlo das ordens militares, a desamortização dos bens do clero, ou a definição e defesa da fronteira. Não será por acaso que depois de 1343 não voltou a haver Inquirições.

De todos estes inquéritos resultou um conjunto impressionante de informações, menos estudadas do que seria de esperar atendendo à sua importância, mas ainda assim utilizadas por vários historiadores ao longo das últimas décadas, num leque de abordagens tão diversificado quanto o são os dados que essas fontes nos oferecem.

Ninguém, porém, as “sentiu” e compreendeu como o Luís Krus. Talvez o seu espírito sereno e introspectivo, aliado a uma rara inteligência e intuição, lhe tivesse dado uma invulgar capacidade para penetrar até ao âmago das fontes medievais – e não apenas as que aqui se referem –, revelando os seus mais íntimos segredos, como que expondo a sua estrutura interna, a sua alma. Foi assim com os nobiliários medievais, que analisou de forma tão original, e sobretudo com as inquirições, que dissecou com a maior maestria, com destaque para os seus estudos sobre as Inquirições Gerais de 1258 (Krus 1981) e a inquirição aos bens da Casa de Sousa, de 1285 (Krus 1990), de cujo processo a peça em exposição faz parte.

Pela mão do Luís esses textos surgiram com contornos completamente distintos, iluminando-se recantos que sempre estiveram na sombra, revelando-se centenas e centenas de testemunhas que sempre foram ignoradas, valorizando-se itinerários e caminhos que as comissões de inquiridores percorreram, no afã de oferecerem aos monarcas elementos, pistas, casos, números, valores, nomes, rendas, violências, esbulhos, memórias de grandeza. Memórias, na verdade, trazendo até ao presente de então a imagem o mais fidedigna possível do reino que governavam.

Como mero editor desses textos, inclino-me respeitosamente perante a memória de quem os soube interpretar de maneira ímpar, diria mesmo, naquela rara aproximação do Historiador ao passado estudado, que até parece tê-lo vivido. E que, pela forma generosa como passou pela Vida, o Luís nos ofereceu com toda a discrição.

*José Augusto de Sottomayor-Pizarro*



## 6. INQUIRIÇÃO QUE SE TIROU SOBRE AS HONRAS E DEVISSOS DOS JULGADOS DO SOUTO DE REBORDÕES, GERAZ, NEIVA, BARCELOS, AGUIAR DE NEIVA, PRADO E DE OUTROS LUGARES

1290

Manuscrito, pergaminho, 12,675 x 0,254 m  
ANTT, Gaveta 8, maço 5, nº 1

O documento agora exposto integra o conjunto documental associado aos grandes inquéritos régios iniciados por Afonso II em 1220 e continuados regularmente até ao reinado de D. Afonso IV. Neste extenso rolo de 12 metros reúnem-se 18 pergaminhos originais que registam o conteúdo das sentenças emanadas da corte de D. Dinis em 1290 sobre as inquirições realizadas em 1288, as quais, neste caso específico, contemplam alguns julgados de Entre Douro e Minho. Assim, nele se copiam os depoimentos recolhidos dois anos antes mas sem se arrolarem as testemunhas ouvidas, acrescentando-se a sentença, a qual determinava a legitimidade ou ilegitimidade das honras, direitos e propriedades detidas nesses julgados pelos membros da aristocracia. Sempre que tal se justificava, a sentença mandatava os oficiais régios locais para a sua execução (*PMH. Nova Série. Inquisitiones* 2012).

O processo de outorga de sentenças, instituído por D. Dinis em 1290, partia pois do registo dos depoimentos recolhidos pelas comissões de inquérito junto de testemunhas ouvidas nas paróquias dos julgados do reino, conferindo ao acto de inquirir a capacidade de se constituir como um elemento fundamental no esclarecimento da verdade. Foi sobre esses textos que a corte dionisina se debruçou, no Outono de 1290, emitindo as respectivas sentenças, nas quais se deixava bem claro que tal «era provado» ou seja, que o conteúdo das inquirições legitimava a decisão tomada, o que conferiu a estas inquirições e respectivas sentenças um valor referencial, que as transformou num elemento utilizado em outros inquéritos posteriores ou como elemento comprovativo em contendas pela posse de bens e direitos ao longo de extensa cronologia que se estendeu para além da Idade Média.

A reflexão de Luís Krus sobre as sentenças de 1290 foi, como sempre, inovadora, complexa e sugestiva, articulando uma leitura fina dos textos com um profundo conhecimento das circunstâncias políticas do reinado de D. Dinis e da dinâmica da relação do monarca com os grupos privilegiados (Krus 1990), incorporando ainda contributos interdisciplinares, nomeadamente da Antropologia, como acontece na interpretação dos processos de conservação e da transmissão da memória ou, na dicotomia entre oral/escrito no seio das sociedades camponesas.

Mas Luís Krus não se limitou a chamar a atenção para a novidade trazida pelas sentenças dionisinas às inquirições promovidas pelos monarcas no século XIII. Interpretando-as num contexto mais vasto, que se estende desde a decisão, tomada nas cortes de Guimarães de 1288, até à publicação na sede de julgado, passando pela recolha de depoimentos e pelo julgamento pelo tribunal da corte, pôde salientar o carácter simbólico e o significado político de que se reveste o facto de, pela 1ª vez, os inquiridos puderem ver o resultado dos seus depoimentos e a conseqüente humilhação pública dos prevaricadores ou seja, dos privilegiados. O profundo conhecimento que tinha da nobreza do século XIII permitiu-lhe ainda, através de uma fina análise da composição das comissões de inquérito, do tribunal da corte e, sobretudo, das situações descritas nos inquéritos, concluir que estes demonstram a fractura que então se acentuava entre uma pequena e média nobreza acantonada local ou regionalmente, protagonista de descatos e usurpações, e a nobreza de corte e dos bispos, uma tensão que D. Dinis habilmente aproveitou para consolidar a supremacia da sua autoridade.

*Amélia Aguiar Andrade*

## 7. CHANCELARIA DE D. PEDRO I

[séc. XV, d. 1458]

Manuscrito, pergaminho, 136 fl., 760 x 460 mm

ANTT, Chancelaria de D. Pedro I, livro 1, fl. 1

Em 1984, saía a público a edição do único livro da Chancelaria do rei Pedro I (1357-1367), conservado em cópia do século XV no arquivo régio e hoje sob tutela da Torre do Tombo. O volume trazia a chancela do Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa e a direcção de A. H. de Oliveira Marques, oferecendo uma transcrição rigorosa e reunindo vários medievalistas no moroso trabalho de fixação e revisão do texto.

A publicação merecia um destaque em forma. Não só facilitara o acesso a um texto fundamental como retomava a edição das chancelarias portuguesas, que estava por concluir e à qual se dava agora um carácter sistemático, assim concorrendo para a renovação historiográfica que se fazia sentir desde o 25 de Abril de 1974. Era uma iniciativa que valia, pois, ser devidamente sublinhada.

Não esquecendo estes méritos, a recensão crítica que Luís Krus publicou no ano seguinte foi ainda mais longe na compreensão da *Chancelaria* (Krus 1985). Ao valorizar o preâmbulo apostado por Zurara, no qual este apresentava a reforma que nela fizera, por ordem de Afonso V, e que se prolongaria por outras chancelarias, demonstrou que tal reforma criara um novo texto, diverso do original, que desapareceu quase por completo. Se o facto era conhecido e não se esqueciam as precauções na hora de usar as cartas nela exaradas, ignorava-se a distância entre o original e a cópia, por via do volume de documentos perdidos, e, sobretudo, a intenção com que esta fora realizada. Para lá da dimensão utilitária, avançada pelo próprio Zurara, o trabalho deste implicara uma escolha, com a rejeição das cartas que a ninguém aproveitavam, copiando-se somente aquelas outras *que sustanciães fosem pera perpetua memoria*. A *Chancelaria de Pedro I* não era, pois, um registo neutro e objectivo dos diplomas emitidos pelo monarca, mas correspondia, pelo contrário, à leitura que Zurara fizera desse mesmo passado, essencialmente preocupada com a fixação de uma memória régia do reino.

Sem perder importância para o estudo do século XIV, a *Chancelaria* convertia-se, assim, num espaço de memória, num monumento, cujo sentido último só podia ser compreendido a partir das exigências do presente, quer dizer, por atenção ao contexto histórico em que fora reformada. Não admira, por isso, que Luís Krus se demorasse em explorar a relevância e os limites da fonte para a observação das realidades de Trezentos, em particular sobre a itinerância do rei e os servidores da Coroa, aqui recuperando trabalhos anteriores, ou sobre a percepção urbana do reino e a emergência de uma *nova* nobreza, identificada por apelidos com menor tradição e com menor peso social. Mas foi o reconhecimento da *Chancelaria* como memória dos actos do rei, da sua errância, das suas leis e da sua justiça, ou dos serviços dos seus fiéis, que lhe suscitou os desenvolvimentos mais interessantes e mais inovadores. Sobretudo quando sugeriu um exame conjunto da *Chancelaria* e da *Crónica de Pedro I*, de Fernão Lopes, por ambas se iluminarem mutuamente e por elas serem as duas faces da leitura quatrocentista do mesmo monarca. Se à obsessão do rei da *Chancelaria* pela justiça, contrapunha a *Crónica* uma denúncia velada dos perigos derivados de tal política, através da anti-história de Pedro, o *cruel*, a nobreza revelada pela *Chancelaria* não deixa de recordar, também, aquela nobreza *nova* de que Fernão Lopes deixou memória noutra das suas crónicas.

*Luís Filipe Oliveira*





## 8. CHRONICON REGUM LAURBANENSE

[1116-1117]

Manuscrito, pergaminho, 48 fl., 208 x 147 mm

ANTT, Ordem de Cister, Mosteiro de Lorvão, cód. 49 – *Liber Testamentorum*, fol. 1v.

Foi sobretudo na sua lição de agregação, realizada no âmbito da unidade curricular História da Cultura e Mentalidades na Idade Média, que Luís Krus chamou a atenção, pela primeira vez na medievística portuguesa, para as possibilidades levantadas por um olhar mais crítico e abrangente na abordagem, estudo e análise daqueles que têm sido considerados como os primeiros monumentos da nossa historiografia ‘nacional’, os *Annales Portucaleses Veteres* (APV), expressão cunhada pelo erudito Pierre David em 1947 (David 1947; Krus 1998a e 2011). Na sua preocupação de tentar reconstruir o *stemma* da transmissão textual dos APVs, Pierre David tratou-os quase como se de um bloco coeso e coerente se tratasse e foi essa versão cristalizada que chegou até nós.

Luís Krus levou a cabo uma revisão consistente de todo o saber tradicional sobre estes textos, ao propor uma abordagem que não só deixava de os considerar a todos como oriundos de uma mesma matriz, mas que ainda levava em conta as suas condições de produção, motivações e intencionalidade de cada um dos grupos de anais, permitindo encará-los, não como uma mera listagem de acontecimentos, mas antes como eloquentes produtos culturais.

A proposta por ele apresentada pretendia identificar ciclos e locais de produção distintos, olhando para estes registos como para marcadores culturais, produtos do labor de comunidades de motivações e intenções específicas, que produziram estas compilações para projectar uma certa mundivisão da sua realidade na altura da composição e assim preservar os seus valores, interesses e modos de vida, ou exaltar modelos preexistentes ou a implantar. Assim se alargou o entendimento que temos do trabalho daqueles que compilavam as notícias, agora encarado como um trabalho de meticulosa selecção, afinal permeada de intencionalidades e registos de tradições culturais e mentais, muito na linha de uma narrativa histórica construída de uma forma intencional.

Um dos exemplos mais eloquentes e prolíficos do reposicionamento que Luís Krus permitiu à nossa historiografia sobre os anais, foi a análise a que submeteu as brevíssimas notícias do *Chronicon Regum Laurbanense*, ligando a elaboração da lista dos reis mencionados e respetivas notícias aos sucessos político-religiosos da época e à crise e ameaças que afectavam os cenóbios mais tradicionais de finais do século XI e inícios do XII, esse mundo em mudança que assistia à ascensão ao poder dos condes portucaleses e do clero reformador que os acompanhava.

Assumindo os anais do *Liber Testamentorum* como um elemento quase propagandístico, quase ideológico, que permite ver a uma nova luz o que até então se tinha dito sobre este tipo de historiografia e sobre a questão da sobrevivência moçárabe em meios conimbricenses, a sua análise e perspectiva abriu caminho a diversos trabalhos que a partir de então se têm desenvolvido e continuam a desenvolver, quer no campo do estudo do monaquismo e cultura letrada dos meios conimbricense da época, quer no dos estudos sobre moçarabismo e crítica documental.

Como noutros campos de estudo, Luís Krus abriu também aqui novas perspectivas, não só para o estudo dos anais enquanto género, mas sobretudo para as possibilidades de utilização dos materiais históricos de forma a questioná-los em toda a sua riqueza, considerando-os como vestígios de um passado, mas sobretudo como produtos desse mesmo passado (Bautista 2009; Branco 2010).

Maria João Branco

## 9. PRIMEIRA CRÓNICA GERAL DE ESPANHA, DO REI AFONSO X DE CASTELA E LEÃO

[1270-1289]

Afonso X, Rei de Castela e Leão – *Primera crónica general de España*. Ed. Ramón Menéndez Pidal e Diego Catalán. Madrid: Gredos, 1977. 2 vol. (XXXIV, 320 XLI, 892) p.  
FCSH/NOVA, Biblioteca Mário Sottomayor Cardia, Biblioteca Luís Krus (BLK 261/1)

Nem sempre foi fácil para os historiadores portugueses falarem sobre a intrincada floresta da *Estoria de España* alfonsina. Provavelmente seguindo o caminho aberto por um dos seus mestres – Luís Filipe Lindley Cintra –, Luís Krus deu, no artigo “Os heróis da Reconquista e a Realeza Sagrada Peninsular: Afonso X e a *Primeira Crónica Geral de Espanha*” (Krus 1989), o seu contributo para a compreensão dessa importante obra que, como diz, teve uma audiência peninsular. Na realidade, re- lendo esse escrito cerca de vinte e cinco anos depois, a sensação com que ficamos é a de uma particular actualidade, porque a abordagem da obra alfonsina não se pauta por considerações relacionadas com a inserção da problemática historiográfica portuguesa no âmbito ibérico, mas vai ao encontro de uma questão árdua e espinhosa, que é a da construção de uma ideia de monarquia que decorra da narrativa montada nas intensas páginas da *Estoria de España*. Para o fazer, não se detém, como seria expectável, na história recente, que ocupa o II volume da edição de Ramón Menéndez Pidal, antes vai orientar o seu inquérito para o volume I, todo ele consagrado à história antiga, com especial incidência no passado mítico da Península, desde os seus fundadores até ao domínio romano e visigótico. Aí, não lhe escapa a linhagem bíblica dos primeiros povoadores e monarcas, todos eles oriundos de Tubal, filho de Jafet e neto de Noé; a conturbada vinda à Península de Hércules para derrotar o tirano Gerion, cedendo depois a soberania ao seu sobrinho Espan; e, muito particularmente, a fundação de Sevilha por Júlio César, à qual associa, por um lado, a constituição do império romano – tarefa a concluir por Octávio –, e por outro, a evocação do presente da escrita e do seu autor, Afonso X, o Sábio, cuja morte virá a ocorrer nessa mesma cidade.

Para um historiador tradicional, o terreno não podia ser mais movediço, já que se deparava com uma narrativa cujos factos são incertos, em parte mesmo declaradamente fantasistas. Porém, Luís Krus não estava interessado na narrativa enquanto relato credível de acontecimentos, mas sim como meio de produção de um sentido traçado em proveito de quem escreve – e aí residirá um outro motivo de actualidade da abordagem proposta. Nestas condições, dois pressupostos emergem do seu discurso, sendo um deles a verificação de que a realeza desses tempos não podia prescindir de formas diversas de sacralização para afirmar a sua legitimidade, lição que desde Marc Bloch qualquer estudioso dedicado a estas coisas teria bem presente; e o outro, o princípio trifuncional que organizaria as sociedades indo-europeias e estaria ainda perfeitamente actuante na Idade Média europeia. Georges Dumézil e todos os que o seguiram são aqui amplamente convocados. Na realidade, é este último corpo conceptual que vem fornecer à argumentação o que ela tem de inovador quando, por meio da selecção, por vezes muito fina, de aspectos pertinentes da narrativa se formula a conclusão de que a monarquia ibérica esteve sempre – nas suas diversas fases – rodeada de características que se atribuem não aos *bellatores* de que falava Georges Duby, mas sim aos *oratores*, ou seja, à primeira função dumeziliana.

A origem bíblica dos primeiros povoadores, o profetismo associado à presença de Hércules e à fundação de Sevilha, e a presença frequente, junto do poder, de «estrelheiros» laicos cuja sabedoria caberia melhor em representantes do estamento clerical seriam outros tantos elementos que confeririam aos monarcas míticos esse carácter dual. Esta característica iria verificar-se também na etapa

ACADEMIA PORTUGUESA DA HISTÓRIA

CRÓNICA GERAL  
DE  
ESPANHA DE 1344

Edição crítica do texto português  
pelo  
Académico Correspondente  
LUÍS FILIPE LINDLEY CINTRA

VOLUME II



LISBOA ✚ MCMLIV

[9]

F. 2. AQUI SE COMIENÇA LA ESTORIA DE ESPANNA

QUE FIZO EL MUY NOBLE REY DON ALFONSSO

FILIO DEL NOBLE REY DON FERNANDO ET DE LA REYNA DONNA BEATRIZ

PROLOGO

Los sabios antiguos, que fueron en los tiempos primeros et fallaron los saberes et las otras cosas, touleran que menguarian en sus fijos et en su linaje et tan bien no lo quisieron para los que auian de venir como para si mismos o para los otros que eran en su tiempo; o entendiendo por los hechos de Dios, que son espitales, que los saberes se perdiesen haciendo aquellos que los sabian et no dexando remembrança, porque su memoria en oido mostraron manera por que los sapientes los que auian de venir enpos ellos; et por buen entendimiento conuocaron las cosas que eran entonces, et buscando et escudriñando con grand estudio, supieron las que auian de venir. Mas el desseo de nos querer los omnes saber las cosas, et la humildad en que las echas depois que las sabian, fueron perdidas malandando lo que fue muy bien fallado et con grand estudio; et otrosi por la pericia, que es escañiga del saber et faz a los omnes que non siguen a et si busquen las carreras por que son conuocadas, oieron los entendidos, et quel podian sobre todas las otras cosas et touieron por las pocas alambiar los non entendimientos et de todos los otros que lo sapientes, a buscar carreras por o llegasen a et si aprendiesen, et despues quel ouieses un folio, que non olvidasen. Et en buscando aquesto, fallaron las figuras de las letras; et ayustando las, fueron dellas sillabas, et de sillabas ayustadas fueron dellas partes; e ayustando otrasí las partes, fueron razas, et por la razon que vinieses a entender los saberes et se supieses ayudar dellos, et saber tan bien contar lo que fue en los tiempos dantes como si fuesse en la su sazón; et por que podriesen saber otrosí las que despues debian vinieses los hechos que ellos fallaron, tan bien como si ellos se acordasen en ello; et por que las artes de las ciencias et los otros saberes, que fueron fallados para pro de los omnes, hubieses guardados en escríto, por que non expriesen en oido et los sapientes

que auian de venir; et por que podriesen otrosí conuocar et saber dellas artes de geometría, que es de medir et los departamentos de los grados et las alcangas de los puntos de lo que a doli uno al otro, et supieses las carreras de las estrellas et los movimientos de las planetas et los ordenamientos de los algos et los hechos que fizen las estrellas, que buscaros et supieses los astronomicos con grand acucia et raytando mucho en ello; et por quel razon non apareca el sol et la luna ocultos, et otrosi por quel escudriñamiento fallaron las naturas de las yerbas et de las piedras et de las otras cosas en que a virtud segund sus naturas. Ca si por las escrípturas non hubiesse qual sabiduría o engenho de como se podie memorar de todas las cosas passadas, non que non fallasen de maso que en cosa muy mas gríueza? Mas por que los estudios de los hechos de los omnes se desuoluan en muchas guías, fueron sobreto apocripados los sabios antiguos, et escríuieron los hechos tan bien de los locos como de los sabios, et otrosi daquellos que fueron fides en la ley de Dios et de los que non, et las leyes de los sanctos et de las pueblas, et los derechos de las cleruías et los de los legos; et escríuieron otrosí las gestas de los principes, tan bien de los que fueron mal como de los que fueron bien, por que los que despues vinieses por los hechos de los buenos passasen en fazer bien, et por los de los malos que se castigassen de fazer mal, et por esto fue enderrivado el cerca del mundo de cada una cosa en su orden. Onde si parayesen otrosí al pro que sacase de las escrípturas, conuocamos que por ellas somos sabidores del críamieto del mundo, et otrosí de los patrilanchas como ouieron unos en pos otros, et de la salida de Egipto, et de la ley que dio Dios a Moyses, et de los reys de la santa tierra de Iherusalem, et del destierro de ellos, et del ananiciamento et del nacimiento et de la passión et de la resurrección et de la ascension de nuestro señor Ihesu Christo; ca de tod esto et de otras cosas

11. In 2, F. 2.

12. O dizeo el pro. In otrosí non. F. 2.

[10]

histórica seguinte, a da *Reconquista*, sendo evidente quando Peláio, no contexto da batalha de Covadonga, afasta o bispo que o aconselha mal para confiar numa ajuda divina directa e sem intermediários. A conclusão do estudo aponta para o carácter amplamente intencional atribuído a esta natureza específica da monarquia ibérica, reflectindo as pretensões imperiais de Afonso, o Sábio, e a sua adesão à ideologia Staufen, linhagem à qual pertencia e que lhe possibilitara a frustrada candidatura imperial (Fernández-Ordóñez 2000; Martin 2000).

*José Carlos Miranda*

## 10. CRÓNICA GERAL DE ESPANHA DE 1344

*Crónica geral de Espanha de 1344*. Edição crítica do texto português por Luís Filipe Lindley Cintra. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1954-1961. 4 vol. (DXCIX, [7] 483, [3] XXV, 452, [2] XXIX, 553 p.)  
FCSH/NOVA, Biblioteca Mário Sottomayor Cardia, Biblioteca Luís Krus (BLK 140/2)

“Com este monumental empreendimento, o conde inaugurou uma nova leitura do passado e do devir do reino português.” É assim que Luís Krus se refere à *Crónica de 1344* e ao seu autor, o Conde Pedro Afonso de Barcelos, bastardo de D. Dinis, no artigo “Historiografia. I. *Época Medieval*” que integra o *Dicionário de História Religiosa de Portugal* (Krus 2001a: 519). Neste texto, Luís Krus traça um panorama onde consegue conjugar uma visão lata da historiografia redigida em Portugal no período medieval com as principais particularidades dos diferentes períodos e de distintos autores / entidades produtoras, desde os primeiros anais monásticos até às crónicas de Fernão Lopes, Zurara ou Rui de Pina.

A *Crónica de 1344* destaca-se, nesta exposição, pelo seu lugar de charneira, entre historiografia monástica e leiga, no cruzamento da afirmação do poder régio com as aspirações da nobreza, na transição da língua latina para os primeiros passos e subsequente consolidação do vernáculo e pelo modo como conjuga impulsos de inovação com as amarras da tradição.

Habitualmente vista em articulação com outra obra do mesmo autor, o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, a *Crónica Geral de Espanha de 1344* foi usada em vários trabalhos por Luís Krus, quer como manancial de informações sobre o passado mítico e o imaginário peninsular, quer como fonte de informações, nomeadamente sociais e políticas, quer ainda como ponto de viragem entre a historiografia precedente e as obras que se lhe seguiram. Com efeito, a *Crónica de 1344* é um texto ímpar no panorama da historiografia medieval portuguesa, iniciando-se com informações universais, concentrando-se em seguida na Península Ibérica e, subsequentemente, na história do reino português. Esta perspectiva encontra paralelos na produção historiográfica castelhana coeva e anterior (nomeadamente a realizada sob a orientação de Afonso X, o Sábio) e contrasta com a restante historiografia portuguesa de que há registo, tanto anterior, como subsequente.

Os quatro volumes nos quais Luís Filipe Lindley Cintra estuda e edita a *Crónica de 1344* integram o legado da biblioteca de Luís Krus à FCSH. Terão sido usados nos estudos sobre algumas linhas de força que perpassam as reflexões do seu antepassado e que se destacam também no artigo redigido para o *Dicionário de História Religiosa de Portugal*: o estudo das fontes e o cruzamento dos acervos das bibliotecas com a produção literária; a concepção providencialista da historiografia medieval; o neo-goticismo; o papel legitimador da historiografia; as diferentes percepções da realeza e dos vários corpos sociais; e as figuras régias, com especial destaque para o rei fundador, Afonso Henriques.

*Isabel Barros Dias*

## 11. LIVRO VELHO E LIVRO DO DEÃO

[1286-1295 – 1343-1344; cópia a. 1794]

Manuscrito, papel, 118 fls.

ANTT, Genealogias Manuscritas, 21-E-24, fl. 1

Os nobiliários medievais portugueses são um importante repositório de informações para o estudo da nobreza. Dos que chegaram até nós, o “Livro Velho” é o mais antigo, tendo sido redigido entre 1286 e 1295, embora só conheçamos cópias posteriores ao século XVII. O seu autor é desconhecido, tratando-se provavelmente de um clérigo ligado ao mosteiro beneditino de Santo Tirso. Luís Krus inseriu a elaboração do “Livro Velho” na conjuntura de reacção senhorial contra a política de centralização régia levada a cabo por D. Dinis e que se manifestara em 1284 com o lançamento de inquirições gerais à propriedade nobiliárquica no norte do reino. Através desta iniciativa, o monarca visava limitar e combater a abusiva expansão territorial e jurisdicional dos senhores.

No “Livro Velho” faz-se a apologia das cinco linhagens nobres consideradas primordiais (Sousa, Maia, Riba Douro, Baião e Bragança, embora só tenham chegado até nós os títulos do livro referentes à primeira e, parcialmente, à segunda), afirmando-se no *Prólogo* que foram elas “que andarom a la guerra a filhar o reino de Portugal”, exaltando assim o seu papel nas batalhas da *Reconquista*. Desta forma se dava a primazia à velha nobreza senhorial, em detrimento da acção da realeza. Nesta perspectiva, Luís Krus considerou que o “Livro Velho” representava “a visão monástico-senhorial de um Portugal Ibérico e rural”.

O “Livro do Deão” chegou até nós na íntegra, mas também através de uma cópia tardia, do século XVII. O original terá sido redigido em 1343-1344. O seu autor, Martim Eanes, escreveu-o por encomenda de um deão, que Luís Krus identificou como sendo Martim Martins Zote, deão da Sé de Braga nomeado pelo arcebispo D. Gonçalo Pereira em 1342. Também neste caso o livro surgia no quadro de uma oposição à política anti-senhorial retomada por D. Afonso IV, com a realização de novas inquirições gerais em 1341 e com o conflito régio com o arcebispo de Braga, em 1342. Abarcando um leque mais vasto de linhagens nobres, o “Livro do Deão” faz remontar a origem da nobreza de Portugal ao reinado de Afonso VI de Leão e Castela (1072-1109), portanto em época anterior à da fundação da monarquia portuguesa (Mattoso 1993 e 2001a).

Quer na sua tese de doutoramento (*A concepção nobiliárquica do espaço ibérico. Geografia dos livros de linhagens medievais portuguesas (1280-1380)* – Krus 1994a), quer em vários outros estudos (por exemplo, em “O tema das origens da nobreza portugalense no relato fundacional da linhagem dos senhores da Maia (finais do século XIII)” ou em “Património e linhagem: origens familiares e origens do reino nos finais do século XIII”), Luís Krus explorou estas fontes tanto na perspectiva genealógica como no seu significado ideológico (Krus 1988-1989; 1991). Os nobiliários ganhavam assim, em termos historiográficos, um renovado e reforçado valor para o estudo da cultura, da mentalidade e dos interesses da nobreza senhorial portuguesa dos séculos XIII e XIV.

*Bernardo Vasconcelos e Sousa*

1.<sup>a</sup> Copia do Confissão Coxe Original do  
 Livro Velho  
 Das  
 Linhagens de Portugal,  
 Escrito no Decimo Terceiro Seculo,  
 por Author que se ignora,  
 e publicado  
 por  
 D. Antonio Sactano de Souza,  
 Clerigo Regular.  
 No Anno de 1737.



Copiado fielmente do que se acha impresso a p.<sup>141</sup>  
 do Tomo 1.<sup>o</sup> Das Provas da Historia Genealogica da Real  
 Real Portugueza do mesmo D. Antonio Sactano de Souza  
 que a escreveu. e posto em melhor ordem para se  
 facilmente se poder ler, e seguir, as Linhagens  
 e Provas que se contem no Nobiliario  
 Real de Portugal. e de se ver a origem das mais q.  
 se escreveram de mais de 2000.  
 D. Antonio Sactano de Souza.

Lisboa anno de 1794

[11]



**ALFONSO**  
Das linhagens de Portugal feito pello  
Conde Dom Pedro, filho del Rey D.  
Dinis.

I.<sup>a</sup> & 2.<sup>a</sup> parte .



[12]

## 12. LIVRO DE LINHAGENS DO CONDE D. PEDRO

[1340-1383; cópia 16--]

Manuscrito, papel, 298 fl.

ANTT, Livros de Linhagens, nº 148 (Casa Forte), frontispício

O mais extenso nobiliário medieval português que chegou até nós é da autoria do terceiro conde de Barcelos, Pedro Afonso, filho bastardo do rei D. Dinis e um dos mais eloquentes porta-vozes da ideologia da velha nobreza senhorial. Compilado entre 1340 e 1344, apresenta uma grande semelhança de estrutura e mesmo textual com o *Livro do Deão*. A versão que conhecemos integra já duas refundições operadas após a morte do conde de Barcelos (1354), a primeira em 1360-1365 e a segunda entre 1380 e 1383. Sobretudo esta última, muito provavelmente levada a cabo por sectores ligados à ordem religioso-militar do Hospital e ao seu prior Álvaro Gonçalves Pereira, desenvolveu narrativas que enfatizavam a importância dos senhores de Pereira no quadro de um projecto de “teorização do destino hispânico”, como Luís Krus o designou exemplarmente. Neste processo, o Conde D. Pedro imaginava a nobreza peninsular, com a portuguesa na vanguarda e os Pereiras à cabeça, retomando o programa da *Reconquista* cristã para resgatar a Hispânia do domínio islâmico. Esta grandiosa concepção revela-se não só no *Livro de Linhagens* (LL), mas também, e de maneira ainda mais ampla, na *Crónica Geral de Espanha* de 1344. Luís Krus carregou para ela uma imensa quantidade de dados, sobretudo na sua tese de doutoramento, intitulada, justamente, *A concepção nobiliárquica do espaço ibérico* (Krus 1994a). Actualmente constitui um elemento fundamental nos trabalhos desenvolvidos em torno da *Crónica* de 1344 pelos investigadores do Seminário de Literatura Medieval da Faculdade de Letras do Porto sob orientação de José Carlos Miranda.

Ao inserir as genealogias da nobreza portuguesa num contexto peninsular e mesmo universal, D. Pedro procedeu a uma recolha de tradições transmitidas como narrativas de episódios ligados à floresta das origens (como acontece nos casos, mais evidentes, das origens míticas dos Haros e dos Marinhos, ou da origem «histórica» dos Maias e dos Bragançães) ou à fidelidade exemplar ao mandato sagrado da recuperação da Espanha. A superioridade social dos descendentes de uns e de outros decorria, pois, de um ou de outro destes dois «marcadores». Foi para isso que registou no LL as alianças matrimoniais e os direitos sucessórios da maior parte da aristocracia portuguesa, sobretudo da sua camada superior e, nesta, da família dos Pereiras, e que salientou os laços que a vinculavam às mais eminentes linhagens de Leão e Castela. Os seus continuadores do fim do século XIV prolongaram a obra até aos seus dias por meio de interpolações que só em parte chegaram até hoje. Provavelmente, o LL nunca chegou a ter uma versão definitiva. Mesmo assim, constituía um instrumento de grande importância social e política. Por isso, foi copiado em inúmeros manuscritos, em Portugal e nos outros reinos ibéricos, até à época contemporânea, mesmo depois de existirem versões impressas.

Na sua curta introdução ao LL, o Conde mostra bem que não pretendia oferecer aos restantes membros da sua classe social uma espécie de enciclopédia linhagística. O seu propósito de “meter amor e amizade entre os nobres fidalgos da Espanha” é claramente ideológico: apela para a solidariedade de classe, sem a qual não se poderia sustentar a superioridade social. A solidariedade de classe, por sua vez, dependia, no pensamento do Conde, da manutenção do regime matrimonial e da transmissão sucessória, que serviriam de fio condutor na posição hierárquica de cada linhagem, e de cada um dos seus ramos, na pirâmide aristocrática.

A concepção aristocrática exposta por D. Pedro não é original. Mas a sua tradução no espaço e no tempo (a implantação geográfica dos seus paços e senhorios, e a memória dos feitos que os antepassados praticaram na guerra ao infiel) marca o lugar a que têm direito na hierarquia social. Partindo do mito «histórico» criado pelos livros de linhagens anteriores, o *Livro Velho* e o *Livro do Deão*, segundo o qual o território de Portugal teria sido conquistado pela nobreza senhorial do tempo de Afonso VI (modelo do soberano cumpridor do mandato da recuperação da Hispânia) e que justificava a inalienabilidade dos direitos senhoriais que as linhagens mais antigas exerciam de pleno direito, o Conde vê também na maneira como elas tinham cumprido a sua função guerreira, como se relacionavam com outras instâncias de poder – isto é, a monarquia, os mosteiros e dioceses, os mercadores e artesãos das cidades –, a razão de ser da sua posição efectiva na hierarquia social. O seu comportamento neste quadro tornava-se assim o «marcador» da fidalguia que alguns mereciam efectivamente e que todos deviam respeitar. Assim, a conjugação do «destino peninsular» com o papel das linhagens predestinadas alargou enormemente o sentido das conexões, verídicas ou imaginárias, registadas pelo Conde. A narrativa global ou particular que apresentou como *memória* tornou-se apologia de direitos e deveres. O código de valores com efeitos muito concretos que o Conde e os seus seguidores criaram justificava exigências de direitos e ostentação de fidalguia.

A classificação social assim obtida, por sua vez, apoiava-se em narrativas breves protagonizadas por nobres cuja acção suscitou ao Conde um juízo expresso ou implícito sobre o seu comportamento. Podemos dividi-las em dois grupos: as transmitidas pela tradição linhagística, e as que se inserem nas crónicas régias vindas desde a época asturiana. No seu conjunto, constituem um grupo numeroso, com mais de 50 unidades formalmente diferenciadas do contexto. As primeiras constituem exemplos de comportamento «virtuoso», recomendado aos leitores da fidalguia que pretendiam desempenhar dignamente os seus deveres de estado. As segundas lembram que a recuperação da Espanha não se deve só aos reis, mas também a um conjunto de fidalgos. A aliança das linhagens com o rei tem de continuar. O código linhagístico traduz-se em narrativas de episódios significativos, tal como os «exemplos» dos *libri exemplorum* usados pelos pregadores dos séculos XIII a XV, para daí extraírem os «mandamentos» que os leitores e ouvintes deviam praticar. Neste sentido, as narrativas coligidas por D. Pedro formam um género historiográfico muito diferente das crónicas, na forma e no conteúdo. Como se sabe, D. Pedro também contribuiu para a produção cronística por meio da sua importante *Crónica de Espanha de 1344*. Uma das suas características é justamente a alteração de sentido que imprime a textos e tradições que colheu em obras anteriores e lhe permitem reforçar a sua concepção acerca da recuperação da Espanha. De certa maneira, podemos dizer que o Conde, acentuando o carácter exemplar das narrativas como modelo de comportamento próprio da nobreza, constrói um código social que abrange os diversos sectores da nobreza e confere a cada um dos seus membros um lugar próprio, dentro do respectivo conjunto.

*José Mattoso*

### 13. SELO DO CONCELHO DE LISBOA

8 de Janeiro de 1346

Cera, 70 x 50 cm

ANTT, Mesa da Consciência e Ordens, Mosteiro de Santos-o-Novo, doc. 245 (Casa Forte)

O texto “S. Vicente e o mar: das relíquias às moedas” foi publicado inicialmente por Luís Krus em 1983 no suplemento histórico do jornal *Diário de Notícias*; onze anos depois, integrou a colectânea de estudos reunidos sob o título de *Passado, memória e poder na sociedade medieval portuguesa* (Krus 1994: 143-148). A escrita deste texto originou-se na observação por Luís Krus de uma miríade de objectos patentes na XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura, carregados de referências a São Vicente: manuscritos, iluminuras, pinturas, esculturas, selos e moedas. Foi com base nesta diversidade de fontes que o Autor se interrogou acerca das causas que haviam produzido semelhante recorrência do tema vicentino.

Em escassas páginas, Luís Krus logrou integrar a devoção a São Vicente na relação que a cultura medieval cristã estabelecia com o mar – relação variável consoante as épocas de maior ou menor fulgor do comércio marítimo. Neste enquadramento, procurou compreender as características dos relatos hagiográficos vicentinos e as razões do seu sucesso no reino de Portugal, entendidas à luz de condicionantes institucionais, políticas, sociais e económicas desde a formação da sociedade medieval portuguesa até ao início da expansão ultramarina.

Ficava pois devidamente contextualizada e explicada a iconografia vicentina, dominada em Portugal pela figuração da nau com os corvos alusiva à trasladação do corpo deste santo para o cabo algarvio que levou o seu nome, e tão corrente em Lisboa por ser São Vicente padroeiro da cidade. Isso mesmo mostra o selo de cera aqui patente. Longe de constituir um objecto de estudo encarado no seu aspecto meramente técnico, este selo ganha assim, por via da análise iconológica realizada dentro de um amplo e sólido contexto histórico, capacidade para ajudar à reconstituição do passado medieval em numerosas vertentes.

Tal capacidade para sondar uma multiplicidade de objectos, interrogando-os e interligando-os, constituía traço marcante da obra de Luís Krus e contribuiu para o carácter interdisciplinar dos seus trabalhos. Com efeito, a diversidade de fontes mencionadas no seu texto sobre São Vicente poderia levar a uma abordagem restritiva, no âmbito daquilo a que a historiografia oitocentista chamou de “ciências auxiliares da História”, como a sigilografia, a numismática, a heráldica, a codicologia ou a diplomática. Mas esse não foi o caminho escolhido pelo Autor; pelo contrário, partindo de objectos tantas vezes esquecidos como os selos, Luís Krus evidenciou o interesse em estudá-los em correlação com a sociedade que os gerou e dentro da qual eles formavam um acto comunicacional relevante. Por serem objectos tão carregados de sinais, os selos permitem abrir portas de entendimento insuspeitas para a história política, social, institucional, económica, cultural, militar e, naturalmente, para a história da arte (Morujão 2011; Saraiva, Morujão e Seixas 2014). Talvez resida aí a maior lição deixada por Luís Krus: a importância de indagar em todos os campos, de quebrar barreiras, de entrecruzar dados, de divulgar o conhecimento. Mesmo partindo de um objecto de tão reduzidas dimensões como um selo...

*Miguel Metelo de Seixas*



## 14. TRATADO DA VIDA & MARTYRIO DOS CINCO MARTIRES DE MAROCOS ENVIADOS PER SÃO FRANCISCO. COIMBRA: POR JOÃO ALVAREZ, 7 DE FEVEREIRO DE 1568

Impresso, papel, [32] fl., 4º

Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, J.F.-37-4-15, frontispício

O *Tratado* narra os feitos e o martírio de cinco companheiros de Francisco que, após o capítulo franciscano realizado em Assis, em 1219, se dirigiram ao norte de África, passando por Portugal (Coimbra e Alenquer), para espalhar a fé e anunciar a boa nova aos muçulmanos, tendo sido martirizados pelo imperador muçulmano Miramolim, em Marrocos. A obra, impressa em Coimbra, em 1568, por João Álvares, é mandada executar pelo prior de Santa Cruz, Jorge Barbosa, e junta ao martírio dos franciscanos uma relação de milagres realizados entre 1410 e 1530. Ela é a base, por via da edição que dela fez Rocha Madahil (*Tratado* 1928), para o estudo desenvolvido por Luís Krus sobre o culto quatrocentista dos Mártires de Marrocos e a Devoção dos Nus (Krus 1984).

Já anteriormente, a propósito de um diversificado conjunto de testemunhos reunidos e comentados no catálogo do núcleo da XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura patente no convento da Madre de Deus (dois códices quatrocentistas da biblioteca de Santa Cruz de Coimbra sobre a *Passio* e os milagres dos mártires de Marrocos, a edição quinhentista do *Tratado* e a arca do século XIV alusiva aos mesmos mártires de Marrocos, proveniente do mosteiro do Lorrvão), Luís Krus tivera oportunidade de realçar a estreita relação entre o culto dos mártires de Marrocos promovido em Santa Cruz e os interesses da Coroa e o espírito de cruzada presente na época e ainda no século xv, altura em que os mártires são canonizados (1481) e que estas hagiografias são copiadas (Krus 1983: 261-265).

No estudo sobre a “procissão dos nus”, Luís Krus retoma o assunto, agora a propósito desta curiosa manifestação cultural, de origem claramente rural, que acompanha o reanimar quatrocentista do culto aos mártires e que se manterá em vigor até à sua proibição, em 1798, pelo bispo-conde de Coimbra.

Reflectindo muita da sua maturada convivência com os autores da Antropologia e da Sociologia, Luís Krus procura compreender os contextos e motivações que presidiram ao nascimento e consolidação desta “procissão dos nus”, os seus significados e implicações. Na sua linha interpretativa descobre-se toda uma estratégia regional de poder desenvolvida pelo mosteiro de Santa Cruz de Coimbra em ordem à sua afirmação face a outras instituições da cidade e a outros cultos rivais, como o da Rainha Santa, promovido pelo mosteiro de Santa Clara. A procissão dos nus, surgida no contexto das graves crises agrícolas vividas na região na década de 1420, atestaria precisamente o sucesso do esforço crúzio em envolver também as aldeias mais próximas da cidade nesta revitalização do culto dos mártires. Os milagres por eles operados, que se multiplicam a partir de 1410, mostram o sucesso, tanto entre cidadãos como entre camponeses, da imagem do mosteiro como o relicário que guardava e celebrava a memória dos santos através dos quais Deus concedia as suas graças a todo o povo.

Mas, como provou Luís Krus, além do seu significado penitencial, de matriz franciscana, a nudez dos que participavam na procissão e a particular eficácia taumáturgica do acto na cura de “quebraduras” deixavam evidenciar a sobrevivência de rituais mais antigos de virilidade, próprios de muitas festas de Inverno de origem pagã progressivamente cristianizadas. Era esta “prática profana e primitiva” que, em 1798, se proibia, em nome dos seus opostos: “a cidade, a razão e o progresso”.

*Maria Filomena Andrade*

TRATADO DA  
vida & martyrio dos  
cinco Martires de Ma  
rocos enuiados per são  
Francisco.



Impresso em Coimbra Cõ-  
licença dos senhores Inqui-  
sidores Anno de . 1568.



## 15. VIDA DE SANTO ANTÓNIO DE LISBOA

[1250-1350]

Manuscrito, pergaminho, [63] fl., 200x150 mm

Biblioteca Nacional de Portugal, Alcobça, ms. 38 / CCXCIII, fl. 24

O manuscrito em causa contém numerosos textos pastorais, lendas hagiográficas, vidas de santos da Antiguidade e medievais e alguns sermões relativos aos santos e à Cruz. A data da sua composição não é segura e o próprio Luís Krus, que foi dos primeiros a caracterizar e estudar o manuscrito, fixou-lhe uma delimitação muito abrangente, entre a segunda metade do século XIII e a primeira parte do XIV.

Entre as *Vidas*, a mais conhecida foi correctamente individualizada e descrita por Luís Krus (Krus 1983: 266). Trata-se do texto da primeira vida de Santo António, a denominada *Assidua*, contido nos fólhos 24r-32v. Aí se encontra uma parte importante do texto, o que demonstra também uma escolha do copista no desenvolvimento do seu trabalho. De facto, esta *Assidua* não tem prólogo, só começa a partir do 2º capítulo e termina com a morte do santo (capítulo 20). Sucede-se apenas o relato do desenlace do conflito entre os burgueses de Capo di Ponte (à porta de Pádua) e os frades menores, seguido do enterramento na igreja franciscana de Pádua (capítulo 23) e o processo de canonização do santo (capítulo 27). Nem os milagres aqui foram copiados. Se as partes relacionadas com o culto local padano não foram incluídas no manuscrito, as que foram escolhidas pelo copista são claramente usadas no culto português e sobretudo, pelos cónegos regrantes. Esta impressão é reforçada pela comparação com os outros textos, sobretudo os das homilias que, no manuscrito, são claramente dirigidos aos cónegos regrantes.

A cópia fora já do conhecimento de Alexandre Herculano, que a partir dela estabeleceu a sua edição da legenda hagiográfica (*PMH Scriptorum* 1856: I, 116-130b). Depois desta edição, apenas as do Pe. Hilaire de Paris (Paris 1890) e de Léon De Kerval (*Sancti Antonii de Padua* 1904: 23-114) trabalharam directamente sobre o manuscrito de Lisboa, em paralelo com outros manuscritos mais completos e conhecidos, como o manuscrito Alcobça 420/CCLXXXVI da Biblioteca Nacional de Portugal. Em 1985, descrevendo o manuscrito português, o responsável pela edição crítica da *Vita Prima* ou *Assidua*, Pe. Vergilio Gamboso, utiliza quer a descrição do catálogo da biblioteca quer a produzida por Luís Krus, mais concentradas sobre a legenda hagiográfica de Santo António, a única que interessava ao franciscano italiano (*Vita prima* 1985: 193).

Luís Krus foi o único a colocar esta *vita* no seu contexto codicológico, bem como no seu meio de produção e de utilização litúrgica e pastoral. Ao organizar, com José Mattoso, uma obra colectiva para o VIII centenário do nascimento do Santo, Krus descreveu pela segunda vez o texto e sublinhou a produção portuguesa do manuscrito e a sua utilização local, apesar desta não ser, desde os anos 40 do século XIII, a base litúrgica para a festa do Santo (Krus e Caldeira (1995). O forte contributo português para esta versão da vida de António, a única – até à produção da *Benignitas* no fim do século XIII – a descrever em detalhe a juventude de Fernando, poderá ser uma das causas desta permanência local, testemunhada também por sinais de uso presentes no manuscrito.

O trabalho de Luís Krus tem, portanto, o mérito de ter chamado a atenção para uma cópia, até então sempre descrita entre os testemunhos menores da tradição codicológica da *Assidua* e, mais ainda, de tornar notório um manuscrito rico de informação, na sua maioria ainda por estudar, sobre a pastoral e a liturgia dos cónegos regulares em Portugal.

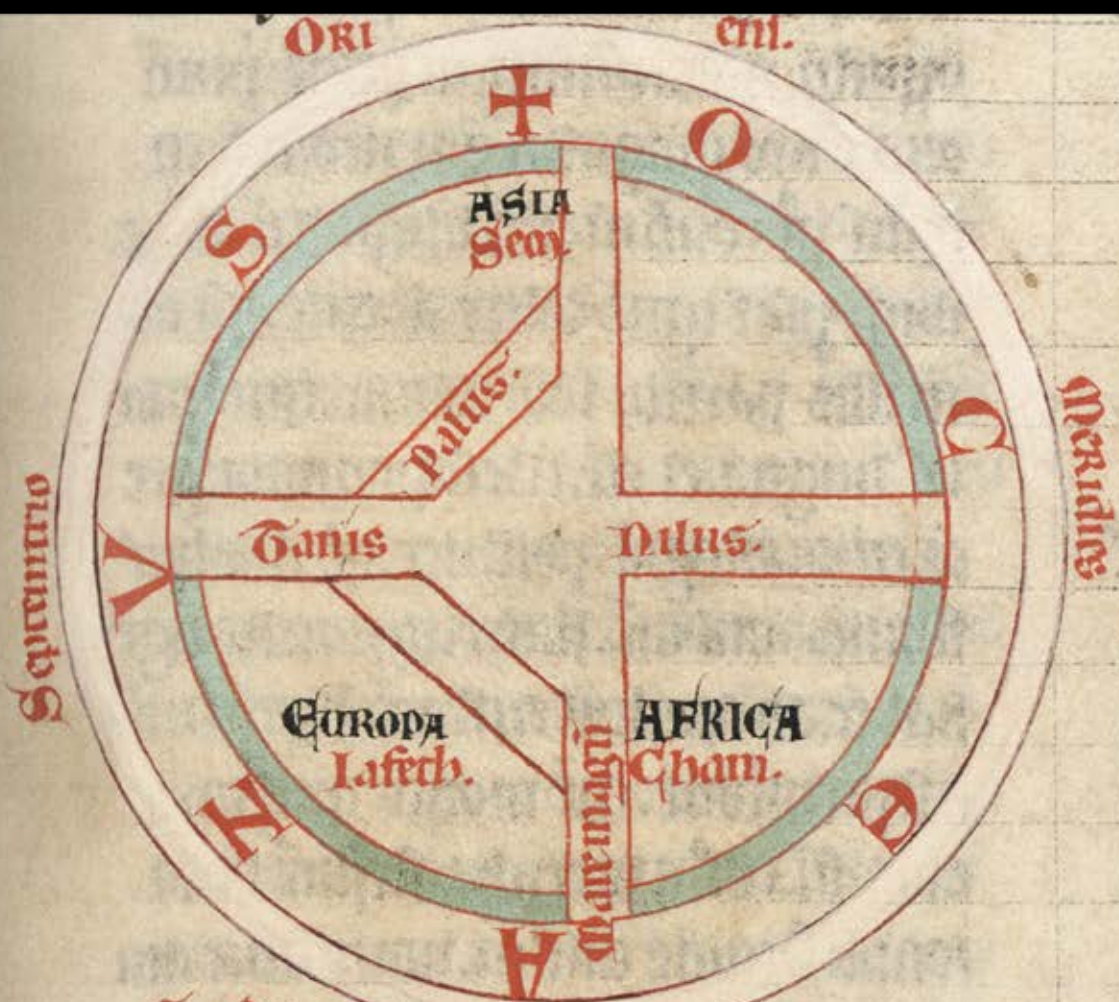
*Eleonora Lombardo*

domo r. aliq. in similitudine agente. p. de ambulante ex. lupo. lupus  
 d. i. figit. ar. e. i. m. d. ad siluam tendit. audientos at  
 p. i. stridoros h. o. n. e. q. e. i. i. u. n. e. i. s. Ad manē clamant d. i. c. e. n. s.  
 v. d. e. i. q. u. i. t. s. i. t. u. u. m. s. i. l. i. u. m. h. a. l. o. s. q. u. i. i. p. l. a. z. a. r. o. i. s. t. u. e. r. e. p. a. u. l. o. a. n. p. s. e. n.  
 s. i. m. o. C. o. g. n. o. s. c. e. n. t. e. s. m. a. t. r. s. i. l. i. u. m. a. l. i. u. p. d. i. r. e. p. t. u. m. c. l. a. m. o. r. o. s. i. e. x. c. e. l.  
 s. u. m. l. e. u. a. t. r. u. l. u. l. a. t. a. a. e. r. e. m. o. p. l. e. n. e. u. i. g. n. e. c. l. a. m. i. u. u. c. i. u. r. d. i. c. e. s.  
 S. c. a. r. g. l. o. s. a. c. l. a. m. p. e. d. d. e. m. i. m. i. s. e. r. i. t. a. t. e. s. i. l. i. u. m. m. a. t. r. i. S. e. d. d. e. a. u. t. p. e. d.  
 d. e. i. f. e. l. i. c. i. a. m. a. t. r. n. a. c. e. l. l. u. m. q. u. i. s. i. n. f. e. c. i. t. m. e. i. p. s. u. m. a. g. e. n. e. c. a. l. o. C. u. s. t. e.  
 r. e. s. u. a. q. u. i. u. i. c. a. m. p. o. s. t. l. u. p. u. m. p. e. p. u. i. t. i. f. u. n. d. u. l. i. a. l. i. u. p. q. u. i. s. i. l. u. a. d. i. m. i.  
 s. s. u. m. r. a. n. i. e. u. i. u. p. u. e. r. u. e. i. o. n. u. l. n. a. d. e. l. i. g. a. n. t. e. e. i. u. a. p. m. o. e. i. u. e. c. a. r.  
 m. o. r. s. a. t. e. s. t. i. a. s. e. u. a. S. e. h. i. n. e. u. t. p. d. a. m. l. e. u. i. s. f. e. q. u. i. t. i. p. s. o. p. u. i. p. a. u. l. o.  
 s. u. i. s. i. m. p. l. e. u. i. t. f. a. u. o. r. e. r. u. r. o. b. i. q. u. i. n. l. e. u. i. s. a. n. i. m. o. s. i. g. n. a. r. e. l. i. n. q. u. i. t.  
 u. o. n. c. o. m. p. e. e. f. f. e. c. t. a. m. u. l. i. e. r. c. u. m. s. u. e. u. i. a. n. a. s. a. d. s. h. a. m. p. p. a. r. a. d. u. i. t.  
 c. a. m. r. p. u. i. u. a. r. i. a. s. p. l. a. g. a. s. o. m. n. i. b. u. s. i. n. d. e. u. o. l. a. n. t. i. b. u. s. m. o. n. s. t. r. a. n. s. d. e. o. r.  
 f. e. c. e. c. l. a. r. e. s. u. a. e. c. o. p. i. o. s. a. e. e. x. s. o. l. u. t. *Vita S. Antonii*

*Vita S. Antonii*  
*Antonij S. d. i.*  
*...*

st namq. ut fertur in regno portugaliē ciuitate quedi  
 ad occidentalem ei plagam in exēmis mudi finib. sta. q. ab  
 incolis nūcupatur. d. i. u. l. o. n. a. e. o. q. s. i. r. u. l. g. o. d. e. . a. b. v. l. i. u. e. b. n. s. i. r. o. d. i. a.  
 i. n. t. a. a. u. i. m. u. r. e. e. c. c. i. d. i. q. u. i. m. y. z. m. a. g. n. i. t. u. d. i. s. a. d. h. o. n. o. r. e. g. l. o. s. e. u. i. g. n. i. s. i. n. f. a. b.  
 c. a. t. a. o. s. i. s. t. a. t. i. q. p. r. o. s. a. m. i. l. l. d. r. o. i. u. o. n. a. t. i. o. n. e. d. i. g. n. u. m. b. n. u. i. c. e. n. t. i. j. m. i. s. e.  
 c. o. r. p. i. h. o. n. o. r. i. f. i. c. e. o. d. i. t. u. m. p. e. q. u. i. e. s. t. a. d. a. u. s. p. l. a. g. a. m. e. c. c. i. d. e. n. t. a. l. e. m.  
 f. e. l. i. c. e. s. b. n. a. n. t. o. n. i. j. p. p. r. e. t. o. r. e. s. d. i. g. n. u. m. u. i. u. e. o. d. i. t. i. c. s. u. e. s. t. a. t. u. d. o. m. i. c. i.  
 l. i. u. m. p. o. s. s. i. d. e. l. a. n. t. q. u. i. i. p. s. i. h. o. s. t. i. o. t. p. l. i. p. i. q. u. o. h. u. i. c. i. m. m. e. l. a. t. S. t. i. i. p. m. o.  
 u. i. u. e. n. t. i. n. e. f. l. o. r. e. f. e. l. i. c. e. h. u. i. c. g. a. n. u. i. s. s. e. n. t. s. i. l. i. u. m. a. b. i. s. o. s. a. c. t. i. p. a. s. t. r. i. a.  
 a. e. f. o. n. t. e. f. e. r. n. a. n. t. o. e. i. n. o. m. e. i. m. p. o. n. u. n. t. h. u. n. c. i. n. m. i. s. t. u. i. s. u. p. r. a. d. e. a.  
 s. t. e. d. e. i. g. r. a. t. i. s. e. a. m. s. a. c. e. l. u. c. i. e. i. n. h. u. i. e. d. u. i. t. e. d. u. t. r. f. u. t. u. r. u. m. e. p. o. n. d. q. d. a. m.  
 p. p. a. g. i. o. m. u. n. i. s. t. r. o. r. u. m. e. e. d. u. c. a. t. i. o. n. i. o. n. i. s. o. m. n. i. u. m.

Veritas g. anis simpliciter domi mansione. Anni ceter.  
 xv. felici cursu optati. Cuiusq. eate iam nubile. successentis



*Cap. de asia. Occidens.*

**A**sia: ex nōne cuiusdā mulieris  
 ē appellata. que apud antiquos  
 impiū tenuit orientis. hī iñtia orbis  
 parte disposita: ab oriente ortu sol.  
 a meridie: oceano. ab occidēte: nōv  
 mari finitur. a septentrione meo ti  
 di lacu et thanaei fluvio t̄minat̄ur.  
 habet enī puincias multas et regio

## 16. ISIDORO DE SEVILA, MAPAMUNDO. IN [ETYMOLOGIAE]

Séc. XIII

Manuscrito, pergaminho, 220 fl., 2 coln; 428x292 mm

Biblioteca Nacional de Portugal, Alcobaça, 446, fl. 138

O Alcobacense 446 é um exemplar das *Etimologias* de Santo Isidoro de Sevilha, escrito entre 615 e 621. Este texto é uma das enciclopédias mais prestigiadas e com maior circulação na Idade Média cristã, com origem na Península Ibérica. Foi copiado, entre nós, nos finais do séc. XII ou inícios do séc. XIII, nos mosteiros de Santa Cruz de Coimbra e de Santa Maria de Alcobaça. Luís Krus seleccionou a representação da Terra, que surge junto do Livro XIV, denominado *Acerca da Terra e das suas partes*, integrando-a no seu texto sobre “A concepção teológica do mundo. As representações cartográficas” (Krus 1983: 245-249). A imagem do mapa-mundo, um mapa tripartido T em O, surge, no Catálogo, em plena página e é inserida por Luís Krus no manuscrito, que é rigorosamente identificado. Sobre o estudo dos mapas-mundo medievais, apresenta ainda uma extensa e diversificada bibliografia, referindo autores cristãos e árabes, o que reflecte, da sua parte, a procura de uma interpretação multifacetada destas imagens.

Estamos, pois, face a uma entrada de catálogo que faz o ponto da situação da investigação sobre os mapas tripartidos. Luís Krus integra estes mapas no enciclopedismo medieval e explica o carácter simbólico que assumem, mercê da cultura clerical na qual têm a sua génese. O leitor vê assim explicada na imagem a representação da cruz ou o facto dos três continentes virem acompanhados pelos nomes dos filhos de Noé. O seu objectivo é, segundo Luís Krus, não o de representar uma realidade física mas “um conceito que remete para Deus”.

A análise desta representação leva-o também a destacar particularidades que o iluminador de Alcobaça lhe imprimiu, como é o caso do continente asiático, que aparece dividido em dois. Tratar-se-á de uma referência à simbologia da cruz formada pela intercessão dos cursos de água ou, seguindo Jaime Cortesão, uma intenção de representar os antípodas? Esta reflexão revela a preocupação de Luís Krus em problematizar os temas, ultrapassando a mera descrição.

A relação com outros manuscritos está igualmente presente na comparação que estabelece com o mapa-mundo do *Apocalipse* de Lorvão. Aqui, passa a interpretar a evolução que se processa do mapa isidoriano aos mapas que acompanham os *Comentários ao Apocalipse*, mapas hemisféricos, ditos de tipo intermédio, mais realistas na sua representação.

O facto destes dois mapas terem sido os dois únicos evocados por Luís Krus é justificado pelo Autor pela vocação marítima comercial dos povos peninsulares e a necessidade de utilização de uma cartografia mais empírica.

É com uma informação rigorosa, diversificada e exaustiva, mas sobretudo com uma invulgar capacidade conceptual que Luís Krus nos apresenta este mapa-mundo.

*Maria Adelaide Miranda*



## 17. MAPA-MÚNDI. IN [COMENTÁRIO AO APOCALIPSE]

1189

Manuscrito, pergaminho, 219 fl., 2 coln; 345x245 mm

ANTT, Ordem de Cister, Mosteiro de Lorvão, cód. 44 (Casa Forte), fl. 34v

O *Apocalipse* de Lorvão é um dos manuscritos mais emblemáticos do Românico português. Copiado no mosteiro de Lorvão em 1189, pelo monge Egeas, o texto e o programa iconográfico localizam-no, tal como refere Luís Krus, num *stemma* que remonta ao ramo mais antigo dos *Comentários ao Apocalipse*, na linha do Beato de Osma. Luís Krus utiliza as suas imagens em textos da sua autoria, tal como no catálogo da XVII Exposição Universal de Sevilha: *Portugal. A formação de um país* (Mattoso, *et al.* 1992). Como poucos historiadores, valoriza a utilização da imagem como um discurso paralelo ao do texto e não como mera ilustração. As imagens, muitas de plena página e de grande impacto, são um guia para a compreensão do ambiente mental e cultural que estão ligados à formação do reino. Texto e imagem remetem um para o outro e completam-se.

A representação do mapa-múndi no catálogo *A Arte e o mar* (Krus 1998b: 55) constitui mais um importante contributo para a história das representações do mundo. Na sua identificação, há um aspecto digno de nota – regista a espessura da obra, elemento valorizado na codicologia actual, mas quase sempre ausente nas descrições dos manuscritos.

Sobre o mapa-múndi, cujo destaque é dado não só pela reprodução que acompanha a entrada mas também pela presença na capa deste catálogo, salienta a influência da descrição geográfica da *História contra os Pagãos* de Paulo Osório de Braga, integrando pela primeira vez esta representação no ambiente cultural ibérico que remonta ao séc. IV. No seu texto, faz mesmo corresponder as ilhas presentes no mapa com as descrições de Orósio.

Mas, sem dúvida, a contribuição mais importante de Luís Krus é a forma como interpreta os elementos presentes na imagem. Os rostos que marcam várias das regiões são explicados no texto introdutório: “O mar afirmava-se como um espaço de memória sagrada e como território percorrido por santos que nele deixam presença e relíquias à espera de devotos e peregrinos” (Krus 1998b: 35). A vasta zona ocupada pelo mar oceano nesta imagem é explicada no contexto da situação geográfica de Portugal e da importância que o mar assumia tanto no contexto económico como no imaginário. O espaço ocupado pelo Mar Oceano, representado no mapa-múndi pelo círculo exterior, habitado por peixes e ilhas, era um “espaço para humanizar e colonizar”, segundo as suas palavras. Este espaço das ilhas reflectia assim as actividades piscatórias e exploratórias dos que o percorriam.

Tal como na entrada que acompanha a representação do mapa-mundo nas *Etimologias* de Santo Isidoro, Luís Krus chamou a atenção para uma dualidade interpretativa: uma que reflecte a concepção dos clérigos letrados e a sua preocupação na cristianização do mundo através da cartografia, e a outra ligada à necessidade de uma atitude mais empírica, própria de pescadores e navegadores que percorriam esses mares.

*Maria Adelaide Miranda*

## 18. HERCULANO, ALEXANDRE – O MONGE DE CISTÉR OU A EPOCHA DE D. JOÃO I. 4ª ED. LISBOA: TYP. DAS HORAS ROMÂNTICAS, 1878. VOL. II

Impresso, papel  
ANTT, SV 4396, frontispício

N' *O Monge de Cister*, publicado em 1848, Alexandre Herculano refere no seu início, explicitamente, a leitura de Fernão Lopes como fonte inspiradora desta sua representação da *Época de D. João I*. Procurando uma vez mais intervir nos debates que animaram a primeira metade de Oitocentos, aproveita o alargamento do público leitor promovido pelo liberalismo – a começar pela instrução pública e pela difusão da escrita – para transmitir as suas reflexões e intuições sobre as origens medievais da construção de um Estado-nação cuja consolidação está a passar, no século XIX, por um período de instabilidade governativa e guerra civil. A recomposição desta memória de finais do século XIV e inícios do século XV insere-se, assim, num projecto político, social e cultural de regeneração da nação oitocentista.

Quando Luís Krus redige, em 1982, “A vivência medieval do tempo”, escolhe centrar-se numa passagem de *O Monde de Cister*, convidando o leitor a partilhar um percurso, que sempre foi o seu, de “trabalho oficinal” enquanto “historiador das memórias sociais”. A passagem a que Luís Krus se refere insere-se no capítulo intitulado “Um Ministro”, cuja acção decorre no gabinete de trabalho, no paço régio, do chanceler João das Regras, na presença, além do jurista, do rei João I, do escrivão e de um queixoso mercador. Os conflitos e conluios narrados na obra, e que serão importantes para o desenrolar da intriga, decorrem durante a noite, num tempo ritmado pelas horas. Estas são dadas pelo “relógio de parede, invenção que começava apenas a generalizar-se e que fora um presente do duque de Lencastre ao rei de Portugal”.

Que tempo é este e o que nos permite conhecer da vivência medieval do tempo, é a pergunta de que parte na sua leitura da obra. Os elementos que encontramão ter em conta a dupla acepção sempre presente na “vivência do tempo”: a forma como a sociedade organiza a utilização quotidiana do tempo e o modo como se situa no tempo, na sua historicidade. A sala onde o episódio decorre era, nas palavras de Herculano, uma “espécie de santuário” de pensamento, leitura, escrita, debate e produção de leis.

Luís Krus traça então o quadro da transformação, no novo contexto urbano, da vivência de um tempo que designa como “medido, linear e cumulativo”, o qual, retirando espaço às concepções do tempo senhorial e do campesinato, vai ser introduzido pela Igreja (tempo linear sagrado e místico) e pelos mercadores (linear e racional), na organização do quotidiano e das respectivas memórias. Acabará por associar os interesses comerciais com as necessidades da implantação do aparelho estatal nascente. No episódio analisado por Luís Krus observam-se, justamente, representações do processo de organização e legitimação de um poder régio que quer centralizar em si a regulação do novo modelo socioeconómico urbano.

Quando o “tempo linear do mercador encontra o tempo linear eclesiástico”, é o Estado nacional que unifica e permite interpretar as memórias do passado. Na vivência do tempo que caracteriza a época de Herculano é já clara a hegemonia do tempo linear, mensurável e organizador do trabalho da indústria, mas impõe-se fortalecer a capacidade legislativa do Estado nacional e a nação como colectividade histórica. Assim, a revisitação por Luís Krus das origens medievais da racionalização do tempo revelam um longo trabalho de reconstrução social de memórias que são, elas próprias, atravessadas por conflitos entre vários poderes.

*Sandra Monteiro*

520528

# O MONGE DE CISTÉR

OU



## A EPOCHA DE D. JOÃO I

(QUARTA EDIÇÃO)

---

TOMO II

---

LISBOA

TYPOGRAPHIA DAS HORAS ROMANTICAS

40, Rua da Atalaya, 52

1878



## BIBLIOGRAFIA

### Bibliografia de Luís Krus exposta (\*) e/ou citada

(\*) Krus, Luís (1981) – “Escrita e poder: as Inquirições de Afonso III”. in *Estudos Medievais*. Porto, 1, pp. 59-79.

(\*) Krus, Luís (1982) – “A vivência medieval do tempo”. in *Estudos de História de Portugal. Homenagem a A. H. de Oliveira Marques*. Vol. I – sécs. X-XV. Lisboa: Editorial Estampa, pp. 343-355.

(\*) Krus, Luís (1983) – “A representação do mundo”. in Mattoso, José (coord.) – *Os Descobrimientos Portugueses e a Europa do Renascimento – “A Voz da terra ansiando pelo mar” – Antecedentes dos Descobrimientos*. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros – Comissariado para a XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura – Imprensa Nacional / Casa da Moeda, pp. 239-293.

(\*) Krus, Luís (1984) – “Celeiro e Relíquias: o culto quatrocentista dos Mártires de Marrocos e a Devoção dos Nus”. in *Studium Generale. Estudos Contemporâneos*. Porto, nº 6, pp. 21-42.

(\*) Krus, Luís (1985) – “[Recensão a] *Chancelarias Portuguesas. D. Pedro I (1357-1367)*, A. H. de Oliveira Marques (organização, transcrição, revisão), Iria Gonçalves e Maria José Ferro Tavares (transcrição), João Alves Dias, Judite Cavaleiro Paixão e Teresa Ferreira Rodrigues (revisão), Centro de Estudos Históricos da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa / Instituto Nacional de Investigação Científica, Lisboa, 1984, 656 pp.”. in *Ler História*, 5, pp. 143-147.

Krus, Luís (1988-1989) – “Património e linhagem: origens familiares e origens do reino nos finais do século XIII”. in *O Estudo da História. Boletim de publicação periódica da Associação de Professores de História*. Lisboa, 2ª série, nº 7-9, pp. 36-42.

(\*) Krus, Luís (1989) – “Os heróis da *Reconquista* e a realeza sagrada medieval peninsular: Afonso X e a *Primeira Crónica Geral de Espanha*”. in *Penélope. Fazer e desfazer a História*, 4, pp. 5-18.

(\*) Krus, Luís (1990) – *D. Dinis e a herança dos Souses. O inquérito régio de 1287*. Lisboa: Prova Complementar de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, policop.

Krus, Luís (1991) – “O tema das origens da nobreza portugalense no relato fundacional da linhagem dos senhores da Maia (finais do século XIII)”. in Bethencourt, Francisco; Curto, Diogo Ramada (org.) – *A Memória da Nação. Colóquio do Gabinete de Estudos de Simbologia realizado na Fundação Calouste Gulbenkian, 7-9 Outubro 1987*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, pp. 71-79.

(\*) Krus, Luís (1994a) – *A concepção nobiliárquica do espaço ibérico. Geografia dos Livros de Linhagens medievais portugueses (1280-1380)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.

(\*) Krus, Luís (1994b) – *Passado, memória e poder na sociedade medieval portuguesa. Estudos*. Redondo: Patrimonia.

(\*) Krus, Luís (1998a) – *História Cultural e das Mentalidades Medievais (Lição Síntese) – A produção do passado nas comunidades letradas do Entre Minho e Mondego nos séculos XI e XII: as origens da analítica portuguesa*. Lisboa: Sumário pormenorizado apresentado à Universidade Nova de Lisboa no âmbito da prestação de Provas para Agregado no grupo de disciplinas de História e História da Arte, policop.

(\*) Krus, Luís (1998b) – “Primeiras imagens do mar: entre o Desejo e o Medo”, “Mapa Mundi. Comentário ao Apocalipse, Beato de Liebana, copiado e iluminado pelo monge Egas”, “*L’Image du Monde*. Seguido de [Adaptação do *Anticlaudianus* de Alanus de Insulis] por Ellebant”, “Trezenzónio, *De solistitionis insula magna*”, “*Conto do Amaro*”. in Pereira, Fernando António Baptista; Coutinho, Maria Isabel Pereira; Figueiredo, Maria Rosa (coord.) – *A arte e o mar. [Catálogo da] Exposição organizada pelo Museu Calouste Gulbenkian, 18 de Maio a 30 de Agosto de 1998*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 29-39, 55-57.

(\*) Krus, Luís (2001a) – “Historiografia. I. Época Medieval”. in Azevedo, Carlos Moreira (dir.) – *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Tomo IV. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa / Círculo de Leitores, pp. 512-523.

(\*) Krus, Luís (2001b) – “Século XIII: a consolidação de Portugal”. in Carneiro, Roberto; Maros, Artur Teodoro de (dir.) – *Memória de Portugal. O Milénio Português*. Lisboa: Círculo de Leitores / Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa da Universidade Católica Portuguesa, pp. 106-163.

(\*) Krus, Luís (2011) – *A construção do passado medieval. Textos Inéditos e Publicados*. Prefácio de José Mattoso. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais.

(\*) Krus, Luís e Caldeira, Arlindo (1995) – *VIIIº Centenário do nascimento de Santo António de Lisboa*. Coord. de José Mattoso. Lisboa: CTT Correios de Portugal.

Mattoso, José *et al.* (1992) – *Portugal. A formação de um país*. Coord. Francisco Faria Paulino. Lisboa: Comissariado de Portugal para a Exposição Universal de Sevilha 1992.

(\*) Mattoso, José; Krus, Luís; Andrade, Amélia Aguiar (1989) – *O Castelo e a Feira. A Terra de Santa Maria nos séculos XI a XIII*. Lisboa: Editorial Estampa.

(\*) Pimenta, Berta Martinha C.; Parnes, Leonardo; Krus, Luís Filipe Llach (1978) – “Dois aspectos da sátira nos cancioneiros galaico-portugueses: «Sodomíticos e Cornudos»”. in *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*. 4ª série, nº 2, pp. 113-128.

(\*) *Valdevez Medieval* (2000) – *Valdevez Medieval. Documentos I. 950-1299*. Coord. de Amélia Aguiar Andrade e Luís Krus, transcrições de Filomena Melo e João Luís Inglês Fontes. Arcos de Valdevez: Câmara Municipal de Arcos de Valdevez.

### **Outra bibliografia citada**

Andrade, Amélia Aguiar (2010) – “Les enquêtes royales au Portugal, 1220-1343”. in Pécout, Thierry (dir.) – *Quand gouverner c’est enquêter. Les pratiques politiques de l’enquête princière (Occident, XIIIe-XIVe siècles). Actes du colloque international d’Aix-en-Provence et Marseille, 19-21 mars 2009*. Paris: De Boccard, pp. 23-42.

Bautista, Francisco (2009) – “Breve historiografía. Listas Regias y Anales en la Península Ibérica (siglos VII-XII)”. In *Talia Dixit* 4, pp. 171-181.

Boisselier, Stéphane (ed.) (2012) – *La construction administrative d’un royaume. Registres de bénéfices ecclésiastiques portugais (XIIIe-XIVe siècles)*. (coll. « História Religiosa – Fontes e Subsídios », 10). Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa / Universidade Católica Portuguesa.

Branco, Maria João (2010) – “Annals of Portugal”. in *Encyclopedia of the Medieval Chronicle*. Leiden and Boston: Brill, pp. 79-80.

*Cancioneiro da Ajuda: fragmento do Nobiliário do Conde Dom Pedro* (1994) – Fac-símile do ms. de finais séc. XIII-inícios séc. XIV. Lisboa: Távola Redonda / IPPAR-Biblioteca da Ajuda.

David, Pierre (1947) – “Annales Portucalenses Veteres”. in *Études Historiques sur la Galice et le Portugal du VIe au XIe siècle*. Lisboa / Paris: Livraria Portugália Editora / Société d’Édition “Les Belles Lettres”, pp. 291-312.

Fernández-Ordóñez, Inés (org.) (2000) – *Alfonso X el Sabio y las crónicas de España*. Valladolid: Universidad de Valladolid.

Gomes, Saul António (2012) – “Inquirições, confirmações e registos da chancelaria régia portuguesa: notas para o seu estudo”. In *Revista de História da Sociedade e da Cultura* 12, pp. 147-163.

Martin, Georges Martin (org.) (2000) – *La historia alfonsí: el modelo y sus destinos (siglos XIII-XV)*, Madrid: Casa Velázquez.

Mattoso, José (1981) – *A Nobreza Medieval Portuguesa. A família e o poder*. Lisboa: Ed. Estampa.

Mattoso, José (1993) – “Livros de Linhagens”. in Lanciani, Giulia; Tavani, Gouseppe (dir.) – *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho, pp. 419-421.

Mattoso, José (2001a) – “Narrativas dos Livros de linhagens”. in *Obras completas*. vol. 5. Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 183-286.

Mattoso, José (2001b) – “O triunfo da monarquia portuguesa: 1258-1264. Ensaio de história política”. in *Análise Social*. vol. XXXV (157), pp. 899-935.

Morujão, Maria do Rosário Barbosa (2011) – “Working with Medieval Manuscripts and Records: Palaeography, Diplomatics, Codicology and Sigillography”. in Mattoso, José (dir.), Rosa, Maria de Lurdes; Sousa, Bernardo Vasconcelos e; Branco, Maria João (eds.) – *The Historiography of Medieval Portugal (c. 1950-2010)*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, pp. 45-65.

Paris, Hilaire de (1890) – *Saint Antoine de Padoue. Sa légende primitive et autres pièces historiques*. Montreuil-sur-mer et Genève: Impr. Impr. Notre-Dame des Prés.

*PMH. Nova Série. Inquisitiones* (2012) – *Portugaliae Monumenta Historica. Nova Série. Inquisitiones*. Volume IV. Tomo 1 – *Inquirições Gerais de D. Dinis de 1288, Sentenças de 1290 e Execuções de 1291*. Introdução, leitura e índices de José Augusto de Sottomayor-Pizarro. Lisboa: Academia das Ciências.

*PMH Scriptores* (1856) – *Portugaliae Monumenta Historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum. Scriptores*. vol. I. Olisipone: Typis Academicis.

*Sancti Antonii* (1904) – *Sancti Antonii de Padua vitae duae, quarum altera hucusque inedita*. Edição, notas e comentário por Léon de Kernal. Paris: Fischbacher.

Saraiva, Anísio de Sousa; Morujão, Maria do Rosário; Seixas, Miguel Metelo de (2014) – “Héraldique des Sceaux du Clergé Séculier Portugais au Moyen Âge”. in Loskoutoff, Yvan (dir.) – *Héraldique et Numismatique II – Moyen Âge – Temps Modernes*. Le Havre: Université du Havre, pp. 297-333.

*Tratado* (1928) – *Tratado da Vida e Martírio dos cinco mártires de Marrocos*. Introdução, notas e índice de António Gomes da Rocha Madahil. Coimbra: Imprensa da Universidade.

Ventura, Leontina (2006) – *Afonso III*. Lisboa: Círculo de Leitores.

Ventura, Leontina e Oliveira, A. Resende de (2003) – “Os Briteiros (séculos XII-XIV). 4. Produção trovadoresca”. In Fonseca, Luís Adão da; Amaral, Luís Carlos; Santos, Maria Fernanda Ferreira (coord.) – *Os Reinos Ibéricos na Idade Média*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

*Vita Prima* (1985) – *Vita Prima di S. Antonio o “Assidua” (c. 1232)*. Introduzione, testo critico, versione italiana e note a cura di Vergilio Gamboso. Padova, Edizioni Messaggero (Fonti Agiografiche antoniane, 1).





